

A alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) tem especial enfoque na diversidade das realidades territoriais e aponta, para o Alentejo, o referencial a desenvolver pelo Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA), com destaque para temas determinantes, como a demografia, a transformação estrutural da economia e os sistemas natural e urbano. Em termos estratégicos, o grande desafio regional decorrente do PNPOT passa pela valorização, consolidação ou estruturação de Subsistemas Territoriais.

PNPOT.

Tipologia de Centros Urbanos	Redes e Infraestruturas	Capital Natural
<ul style="list-style-type: none"> Áreas Metropolitanas Centros Regionais Outros Centros* 	<ul style="list-style-type: none"> Corredores Rodoferroviários Corredores Rodoviários Corredores Ferroviários Via navegável existente ou planeada Ligações Internacionais Rede Viária Aeroportos c/ Serviço Internacional Regular Aeroportos s/ Serviço Internacional Regular Polos Logísticos Portos Principais Portos de Cruzeiro Interligações elétricas existentes ou planeadas Gasodutos existentes ou planeados 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas Protegidas Rede Natura 2000 Rede Hidrográfica Áreas Florestais a Valorizar Área de atuação da CCDR
Tipologia de Subsistemas Territoriais**		
<ul style="list-style-type: none"> A Valorizar A Consolidar A Estruturar 		

* A dimensão dos círculos é proporcional à população residente por centro urbano.

** A delimitação dos subsistemas territoriais é de geometria variável.

Ficha Técnica

Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

- Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

- Joaquim Fialho

Conceção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Carlos Almeida
- Fátima Bacharel
- Maria João Alface
- Mariana Pala
- Nelson Faustino
- Teresa Godinho

Colaboradores externos

- António Ceia da Silva - Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo / Ribatejo.

Edição

Setembro 2018

Capa

Alentejo 2020 - Investimento em destaque
Melgão Cacau e Chocolates

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

4 Conjuntura Regional

9 Temas em destaque

A Importância das Alterações do PNPOT para a Região

12 Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

18 A Estratégia Portugal 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas

22 Perspetiva 2020

Pensar Turismo - Planeamento do Território / Acessibilidades

24 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 30 de junho de 2018

30 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional Investimentos em destaque

34 Síntese da Execução - Situação a 30 de junho de 2018

38 Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo - EREI

Situação a 31 de dezembro de 2017

Conjuntura Regional

2º Trimestre de 2018

O mercado de trabalho regional continua a revelar, à semelhança do 1º trimestre do ano, uma evolução muito favorável relativamente à taxa de desemprego e à população desempregada, tanto em comparação com o trimestre anterior como com o período homólogo.

A **população desempregada**, estimada na Região, em cerca de 23,7 mil pessoas, diminuiu 3,6 mil, face ao trimestre anterior, o que corresponde a uma diminuição de 13,2%. Em relação ao trimestre homólogo, a variação foi de -20,7%, prosseguindo os decréscimos trimestrais observados desde o 2.º trimestre de 2016.

Tendo em conta as tendências deste indicador, num período temporal mais alargado, é de referir que a população desempregada tem vindo continuamente a decrescer, tendo no 2º trimestre de 2018 atingido os valores mais baixos desde 2014 e tem havido uma aproximação entre a população desempregada e o número de inscritos nos serviços de emprego do IEFP. Em contrapartida e a confirmar esta tendência, a população empregada tem aumentado desde 2016.

Esta diminuição contribuiu para que a **taxa de desemprego** passasse dos 7,8% registados no 1º trimestre, para 6,9% no 2º trimestre, ao que corresponde uma diminuição de 11,5%. No entanto, a taxa de desemprego, de 6,9%, verificada na Região, é ainda ligeiramente superior ao valor médio registado a nível nacional que em igual período chegou aos 6,7%. Relativamente ao período homólogo, a taxa de desemprego regional verificou um decréscimo de 20,7%.

As taxas de emprego e de desemprego revelam tendências antagónicas, sendo de dar relevância à subida da **taxa de emprego** (atingiu o valor mais baixo em 2013 e actualmente o valor mais elevado) e a descida da taxa de desemprego que atinge actualmente os valores mais baixos desde 2012.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2018 - Mercado de trabalho

Indicador	2º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	2º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Mil.)	344,3	347,7	344,9	-0,2	-1,0	INE
População empregada por conta de outrém (Mil.)	320,5	320,5	315,1	1,7	0,0	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrém (€)	825	811	811	1,7	1,7	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	55,6	56,1	55,3	0,5	-0,9	INE
Taxa de desemprego (%)	6,9	7,8	8,7	-20,7	-11,5	INE
População desempregada (Milh.)	23,7	27,3	29,9	-20,7	-13,2	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	20,6	26,2	26,6	-22,6	-21,5	IEFP

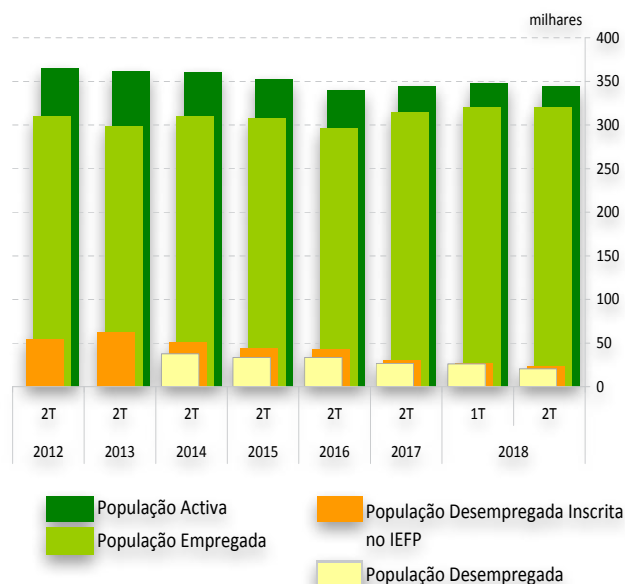
Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 2.º trimestre de 2018 indicam que a população activa no Alentejo, estimada em 344,3 mil pessoas diminuiu 1% (3,4 mil pessoas) face ao trimestre antecedente e 0,2% face ao homólogo. Esta tendência regional é inversa face aos valores médios do país, onde a tendência é crescente (apesar de ligeira).

A População Activa na região, tem vindo a revelar uma clara tendência decrescente até 2016, data a

partir da qual verificou um ligeiro acréscimo, seguido de um período de praticamente manutenção e ultimamente um ligeiro decréscimo, não tendo ainda recuperado relativamente aos valores de 2015.

População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo – Evolução de 2012 a 2018



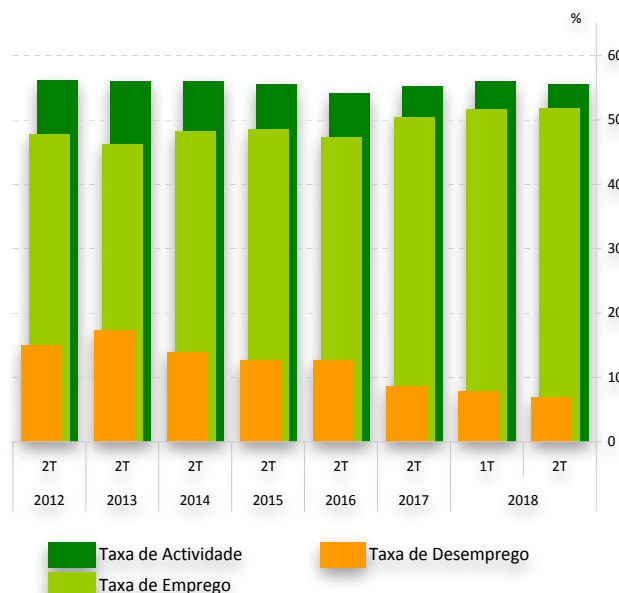
Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

A taxa de actividade da população em idade activa (15 e mais anos) situou-se em 55,6%, tendo diminuído 0,9% face ao trimestre anterior e, aumentado 0,5% face ao homólogo. Esta taxa de actividade é inferior à dos valores médios nacionais onde chegou a 59%. A taxa de actividade não tem tido variações relevantes, se bem que tenha atingido o valor mais baixo em 2016 e, apesar de algumas tendências ligeiras de recuperação, ainda não conseguiu alcançar os valores verificados em 2012.

Quanto à **população empregada por conta de outrem**, apesar de ter aumentado 1,7% face ao trimestre homólogo, manteve os mesmos valores face ao trimestre anterior.

No que se refere ao rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem, no Alentejo continua a verificar-se uma tendência crescente, quer em relação ao trimestre homólogo, quer ao anterior (acréscimo de 1,7%, dado que em 2017 o valor se tinha mantido do 1º para o 2º trimestre), passando a revelar o valor médio de 825€/mês.

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2012 a 2018



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

Os empréstimos concedidos pelo sector bancário às famílias e às empresas, revelam uma variação positiva face ao período homólogo e ao trimestre anterior.

No que concerne à avaliação bancária, há a destacar o **rácio de crédito vencido** no âmbito dos empréstimos às famílias e às empresas, tendo ambos os indicadores, verificado uma variação negativa, quer face ao trimestre homólogo, quer ao trimestre anterior (- 11,3% e - 4,1%, respectivamente, para o caso das famílias e -8,6% e -4,0%, respectivamente, para o caso das empresas).

Quanto aos empréstimos concedidos a famílias (devedores), apesar da variação positiva de 0,8% relativamente ao período homólogo, a variação face ao trimestre anterior é de -0,4%.



Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2018 - Avaliação Bancária

Indicador	2º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	2º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Avaliação Bancária						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	4,7	4,9	5,3	-11,3	-4,1	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	8538	8512	8515	0,3	0,31	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	310,0	311,2	307,6	0,8	-0,4	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	9,6	10	10,5	-8,6	-4,0	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4367	4281	4304	1,5	2,0	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

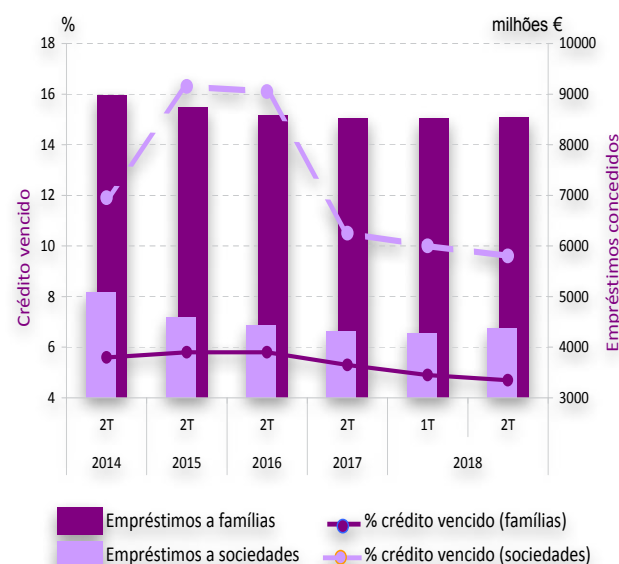
Os empréstimos concedidos às famílias diminuíram significativamente de 2014 a 2016, tendo a partir desta data, mantido uma tendência de praticamente manutenção de valores. Os empréstimos a sociedades revelam uma tendência decrescente até 2017, sendo que a partir desta data praticamente não se alteram.

Quer o crédito vencido das sociedades, quer o crédito vencido das famílias, desde 2016 que vem revelando uma tendência decrescente, tendo atingido os valores máximos, no período em análise, em 2015 e 2016.

No que se refere à habitação, continua a verificar-se a subida dos valores da avaliação bancária dos alojamentos, face ao período homólogo e face ao trimestre anterior, chegando o valor a 981€/ m², no último trimestre.

Em 2014 verificou-se o valor mais baixo na avaliação bancária dos alojamentos, mas a partir dessa data, a tendência foi sempre ascendente, tendo chegado actualmente ao valor mais elevado do período em análise.

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades - Alentejo - Evolução 2014 a 2018



Fontes: Banco de Portugal

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2018 - Habitação e Turismo

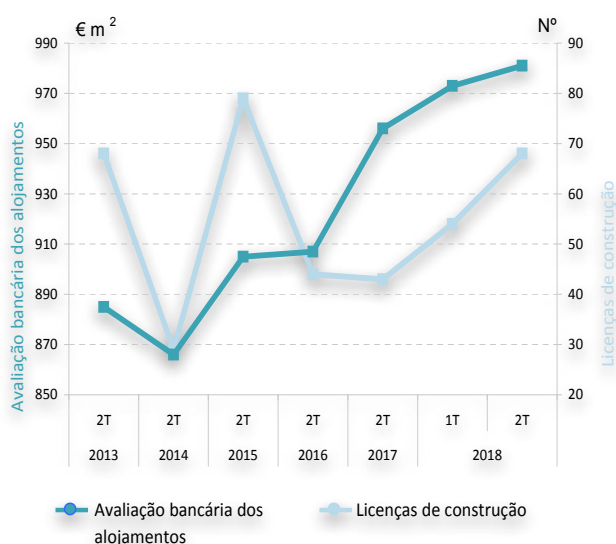
Indicador	2º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	2º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	68	54	43	58,1	25,9	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	981	973	956	2,6	0,8	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	181,4	118,4	176,1	3,0	*	INE
Turismo - proveitos totais (10 ³ €)	10303	5945	9804	5,1	*	INE

Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

No âmbito das **licenças de construção**, há a referenciar a variação positiva de 25,9%, relativamente ao trimestre anterior e de + 58,1% face ao trimestre homólogo. Porém, esta variação refere-se a um número de fogos que não pode considerar-se muito relevante, pelo que não poderá, por este indicador, assumir-se grandes alterações no sector da construção. Está em causa um acréscimo de licenças para mais 14 e 25 fogos, face ao trimestre anterior e ao trimestre homólogo, respectivamente.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos – Alentejo - Evolução 2013 a 2018

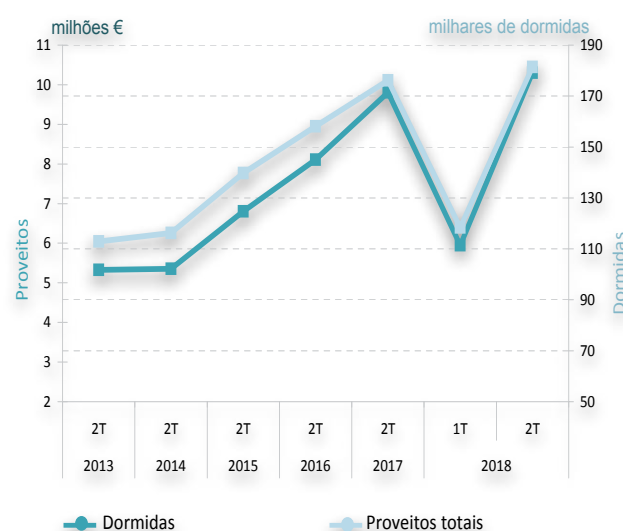


Fontes: INE - Infoline

Tem-se verificado grande irregularidade na evolução das licenças de construção, tendo sido atingido o valor mínimo em 2014 e o máximo em 2015. No entanto, desde 2017 que se tem mantido a tendência ascendente, tendo-se atingido praticamente nos níveis de 2013.

Quanto ao turismo, continua a revelar-se um sector em ascensão, comprovada pelo crescimento do número de dormidas assim como nos proveitos, o que corresponde a cerca de mais 5 300 dormidas e 0,5 milhões de euros de proveitos, face ao período homólogo

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução 2013 a 2018



Fontes: INE - Infoline

Desde 2013 que a tendência destas duas variáveis se tem revelado ascendente, tendo este trimestre atingido os valores mais elevados.

As Importações/Exportações continuam a assumir uma importância relevante para a região e o saldo da balança comercial no Alentejo continua a manter-se positivo

Este trimestre registou-se um decréscimo, quer nas exportações, quer nas importações, tanto face ao período homólogo como ao trimestre anterior, sendo que estas manifestaram uma variação negativa mais elevada. Porém, nas importações fora do espaço europeu registou-se uma variação positiva relativamente ao período homólogo.



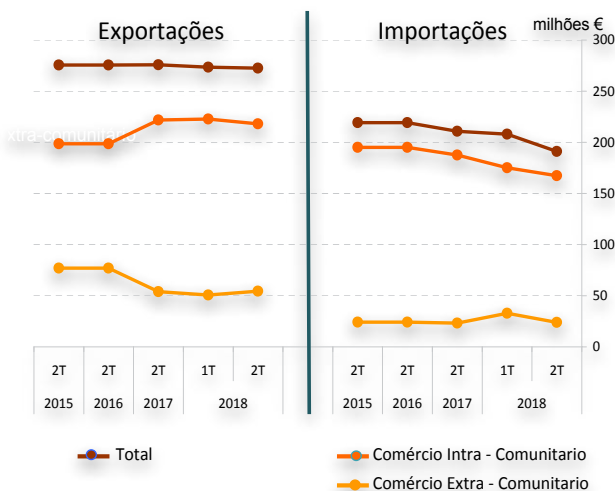
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2018 - Exportação / Importação

Indicador	2º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	2º Trimestre 2017	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	272,5	273,5	275,8	-1,2	-0,4	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	218,1	222,9	221,8	-1,7	-2,2	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	54,5	50,6	54,0	0,9	7,6	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	191,1	208,0	210,8	-9,3	-8,1	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	167,3	175,2	187,5	-10,8	-4,5	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	23,8	32,7	23,3	2,2	-27,2	INE

Fonte: INE - Infoline

A variação negativa nas exportações (que vêm revelando uma ligeira tendência de decréscimo, principalmente desde 2017) incidiu essencialmente sobre o comércio intracomunitário, já que o comércio extra comunitário, apesar de ser em volume substancialmente inferior ao praticado no espaço europeu, está a revelar uma ligeira tendência ascendente.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra-Comunitário - Alentejo - Evolução de 2015 a 2018



Fonte: INE - Infoline

O material de transporte continua a ser o bem mais importado e os produtos minerais os mais exportados

No período em análise, mantêm-se os três tipos de bens mais importados – material de transporte, máquinas e aparelhos e plástico e borracha – se bem que o material de transporte encontra-se com tendência descendente, enquanto o plástico e a borracha revelam uma tendência ligeiramente ascendente.

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2015 a 2018



Fonte: INE - Infoline

Já as exportações continuam a incidir essencialmente sobre os produtos minerais, o plástico e borracha e os produtos de indústrias químicas. Enquanto os produtos minerais, os mais exportados, revelam uma tendência descontínua, os plásticos e borracha, apesar de uma quebra neste trimestre, têm revelado uma tendência ascendente. Já os produtos de indústrias químicas têm revelado uma tendência notoriamente descendente ■

Artigo da responsabilidade de Amável Candeias, sociólogo, mestre em família e população e Teresa Godinho, economista
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, CCDR Alentejo.

Tema em destaque

A Importância das Alterações do PNPOT para a Região

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o grande exercício de reflexão estratégica de base territorial, e o primeiro dos três referenciais estratégicos, em conjunto com a estratégia Portugal 2030 e com o Plano Nacional de Investimentos 2030 (em discussão pública).

Enquanto instrumento de topo do sistema de gestão territorial, a Alteração do PNPOT decorre da Avaliação da execução do Programa de Acção 2007-2013 e de um novo quadro de referência económico, social e ambiental que exige uma **nova e contemporânea visão nacional do território** resultando, naturalmente, na actualização daquele Programa de Acção e na eleição de medidas emblemáticas para novas realidades territoriais.

Igualmente fundamental, é afirmar a dimensão territorial das políticas públicas no Portugal 20/30, num contexto em que, dos 24 problemas do ordenamento do território então identificados no PNPOT 2007, se agravaram ou mantiveram a grande maioria.

Agravaram-se, designadamente, a dimensão dos incêndios florestais, a exclusão social em áreas urbanas e o desajustamento de serviços colectivos e equipamentos, e, frequentemente, falta de visão/cooperação territorial supra-municipal para garantir economias de escala.

Mantiveram-se os problemas relativos a áreas urbanas sobredimensionadas, deficiente intermodalidade, falta da ligação ferroviária do Complexo portuário de Sines/Badajoz, dependência das energias primárias importadas, dificuldade de projecção externa das cidades médias e ausência de participação da sociedade na cultura territorial.

Melhoraram, por outro lado, a gestão dos recursos hídricos, a consideração de riscos nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), a produção de energias renováveis, algumas soluções de logística local, a projecção externa de Lisboa e Porto, os sistemas de informação e a flexibilidade e dinâmica dos IGT.

O único problema sinalizado que se resolveu, foi a dotação de instrumentos de ordenamento e gestão das áreas classificadas (PEOT áreas protegidas e plano sectorial Rede Natura 2000).

Determinantes na Estratégia e o Modelo Territorial e respectivos efeitos e dinâmicas, os factores impactos e tendências territoriais das mudanças críticas actuais – ambientais, socio económicas, demográficas e tecnológicas – traduzem-se num quadro de interacção de factores críticos, com maiores ou menores impactos institucionais, ambientais, sociais, económicos e políticos mediante um cenário de inacção ou perante a sua consideração nas opções estratégicas do modelo territorial.



Os princípios da coesão territorial destacam-se como denominadores dos 5 grandes desafios, que constituem as grandes orientações estratégicas do PNPOT, sendo o modelo territorial a espacialização da Estratégia e o reflexo das mudanças críticas, num compromisso colectivo de coerência e capacidade.

O enfoque na diversidade das realidades territoriais desta visão nacional integrada, apontam para o Alentejo, de forma diferenciada, de que referencial deverá partir a estratégia regional a desenvolver pelo Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA), destacando-se, desde logo, o relevo conferido a temas determinantes.

É o caso da perda demográfica e envelhecimento da população que exige a aposta no reforço das acessibilidades aos serviços de interesse geral, suprimindo, não obstante a grande evolução registada, as carências nas grandes cidades e alguma oferta subaproveitada nas áreas rurais, ao mesmo tempo que nos pequenos lugares vão deixando de existir

incentivos para a fixação de população.

A transformação estrutural da economia, com vulnerabilidades socioespaciais relacionadas com a assimetria territorial criada por uma economia em que os serviços representam 2/3, e que acontecem nas zonas densas, terá que trazer novos territórios e recursos para a competitividade e reforçar o papel dos espaços rurais. Enquanto suporte de uma política de base territorial, esse reforço implica a valorização da diversidade e as especificidades dos perfis económicos e capacidades de criação de riqueza diferenciados, fazendo entrar todo o território na economia. As redes viárias, portuárias e aéreas e o reforço de nós e redes de conhecimento e inovação, infraestruturas económicas, beneficiarão globalmente o território por efeito das economias de aglomeração geradas nas cidades.

A expressão regional do sistema natural afirma a diversidade dos recursos naturais que carecem de ser valorizados como a Água / Solo / Biodiversidade, mas a questão é também, e sobretudo, o restabelecimento de uma verdadeira gestão territorial de escala regional e local.

A estruturação do sistema urbano, subsistemas e cidades regionais num sistema policêntrico de múltiplas polaridades, mais do que a identificação e hierarquização de centros urbanos, exige maiores articulações ao nível das relações funcionais interurbanas e rurais-urbanas, assumindo centralidades ibéricas e europeias das regiões do interior, incluindo mesmo Estratégias de Especialização Inteligente transfronteiriças e partilha de serviços de proximidade.

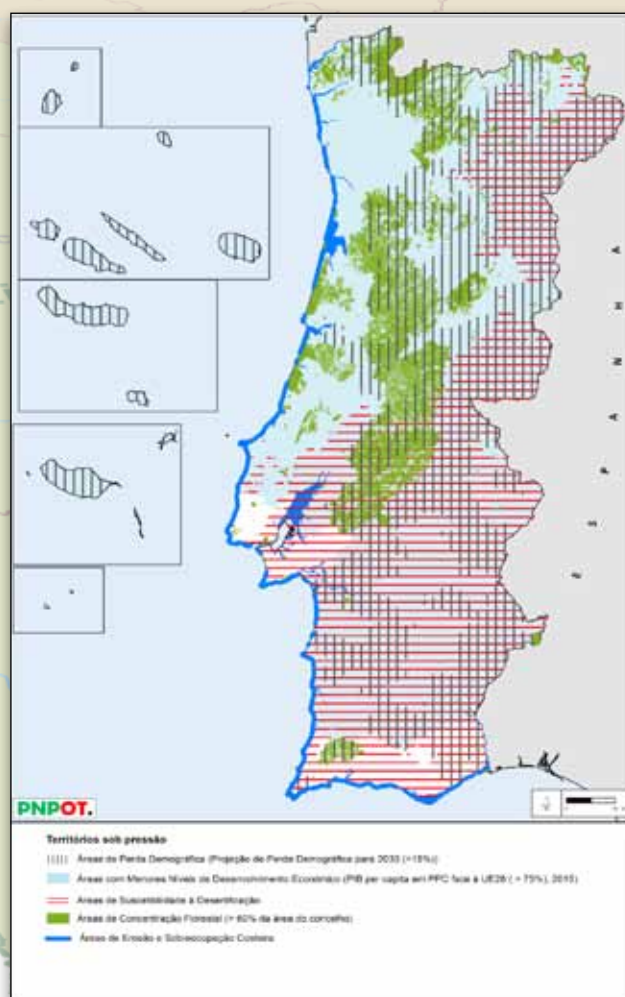
E isto exigirá igualmente a valorização, consolidação ou estruturação de Subsistemas Territoriais, âmbito no qual estará o grande desafio da abordagem regional pela oportunidade de uma abordagem territorial direccionada.

O necessário duplo salto qualitativo em matéria de políticas de cooperação será fundamental na consolidação dos Sistemas de Conectividade Ecológica, de Infraestruturas e de internacionalização, dando um novo impulso à cooperação transfronteiriça.

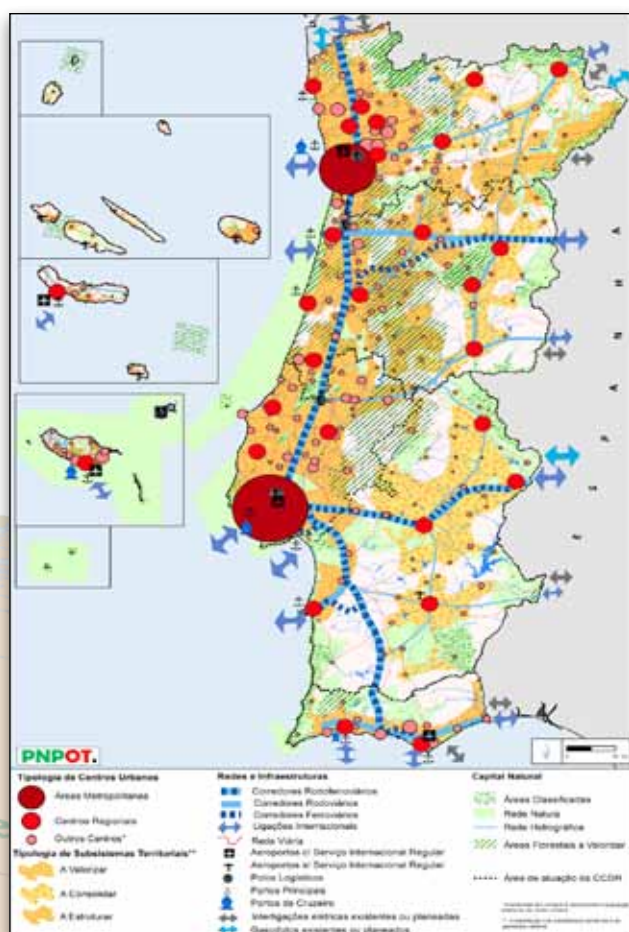
E, finalmente, as novas soluções de governança, de base local e regional, em resposta às novas geografias e dinâmicas garantirá a dimensão territorial

das políticas.

O imprescindível reconhecimento das Vulnerabilidades Críticas relativos aos factores demográficos e sociais, determinam, por outro lado, a identificação dos Territórios sob Pressão – de perda demográfica, de PIB <75% face à UE, de susceptibilidade à desertificação, de grande concentração florestal e de erosão costeira, ocorrendo frequentemente em sobreposição - o que, condicionando o Modelo Territorial, permitirá evoluir para maior capacidade de resposta à suscetibilidade aos perigos nos tecidos urbanos, nas áreas agrícolas e nas áreas florestais.



É da conjugação dos 5 grandes sistemas e dos territórios sob pressão que resulta o Modelo Territorial em se acautela, através da estruturação dos subsistemas territoriais, que áreas de baixa densidade não são territórios abandonados – cabe aos PROT adoptar uma visão em função da diversidade das dinâmicas e dos motores de transformação, com a tónica no território e nas pessoas.



Agenda para o Território operacionaliza o Programa de Acção nos 5 Domínios de Intervenção e respectivos 5 sistemas territoriais, e dá resposta às Vulnerabilidades Críticas identificadas com um conjunto de medidas (directas ou indirectas) que elencam os efeitos esperados (directos ou indirectos) e quais os indicadores de monitorização para a respectiva avaliação.

Esta Agenda estabelece 10 grandes compromissos para o Ordenamento do Território, cuja concretização depende fortemente do envolvimento dos níveis regional e local, desafiando a articulação multi-nível e intersectorial e a territorialização das políticas públicas na sua capacidade de diferenciar e fazer opções.

Num contexto como o presente – de informação global e em tempo real – com a percepção diferenciada das transformações e dinâmicas e da sua magnitude, já não estamos só perante as dicotomias consolidadas ao longo de séculos, mesmo com novas visões dinâmicas e quantificadas, mas perante novas dicotomias ambientais/socioeconómicas/demográficas e tecnológicas.

E estas novas geografias só se podem encarar construindo complementaridades a partir das dicotomias N/S, E/W, ou litoral/interior colocando nas pessoas o foco das políticas, mobilizando-as por uma causa ou pela oportunidade de corrigir situações, prevendo os padrões espaciais das novas territorialidades e respondendo aos desafios das disparidades persistentes entre populações, cidades e regiões.

As novas territorialidades encontradas a partir de novas abordagens e geografias diferenciadas devem partir de territórios pertinentes e complementares nas suas dicotomias, com projectos comuns e mobilizadores e da compreensão da dinâmica espacial dos territórios, construída sobre processos colaborativos existentes, que se podem alargar a outros domínios.

Mas é também a partir de práticas de pequena escala de baixo para cima, criando um palco favorável ao diálogo não apenas das autoridades, mas igualmente da sociedade civil, que há lugar a novas situações de sucesso.

Os compromissos políticos, a nível regional e local, são fundamentais para evoluir de uma cooperação de curto prazo em projectos, para processos institucionais de planeamento de longo prazo. E isto só se consegue com a confiança e a compreensão dos benefícios que os parceiros e actores podem partilhar através do reconhecimento prévio das suas interdependências para a criação de situações de sucesso e é sobretudo crucial para desenvolver abordagens de planeamento estratégico.

E porque o tratamento diferente da informação pode conduzir a opções diferentes e com efeitos territoriais distintos, o resultado fundamental evidencia como o território vai capturar o valor acrescentado dos investimentos, como reconhece a diferenciação, como se integram os territórios na lógica da intervenção e qual o valor acrescentado para os territórios e para as pessoas.

E é por isso que o grande desafio regional decorrente do PNPOT, é a oportunidade de uma abordagem territorial direccionada para a valorização, consolidação ou estruturação de Subsistemas Territoriais ■

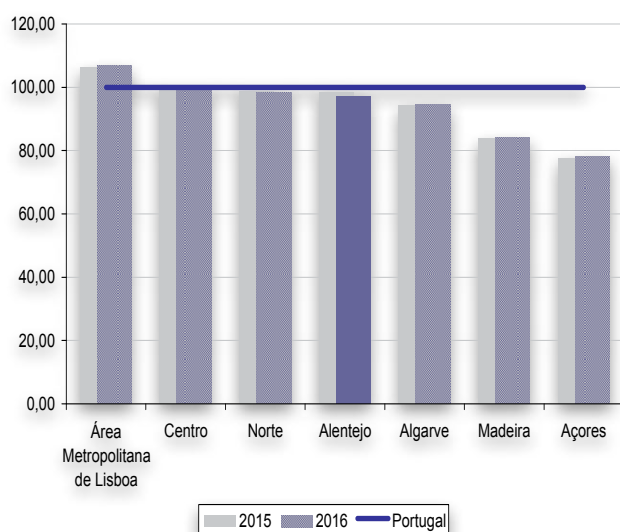
Artigo da responsabilidade de Fátima Bacharel, arquitecta paisagista, Direcção de Serviços de Ordenamento do Território, CCDR Alentejo.

Tema em destaque

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

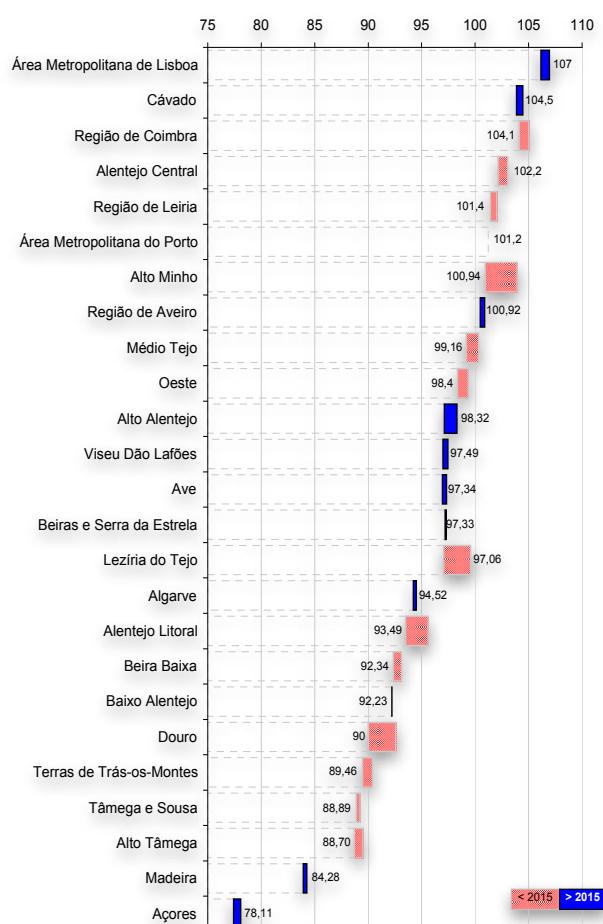
À semelhança de anos anteriores o INE apresenta o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional reportado a 2016 (últimos dados disponíveis), um índice composto por um conjunto alargado de indicadores, agrupados por temáticas de avaliação: a Coesão que afere a qualidade de vida das populações, a Competitividade que avalia o nível de desenvolvimento das regiões e a Qualidade Ambiental. É ainda calculado um Índice Global, que atribui ao valor atingido por Portugal o valor 100 e a partir do qual se estabelecem comparações com as diferentes geográficas nacionais, regiões e sub-regiões nacionais.

ISDR – Componente Coesão, NUTs II



Em termos gerais as regiões melhoraram a sua situação relativamente ao ano de 2014. No ano 2015 a maior parte das regiões apresenta valores do Índice Global que as aproxima mais da média nacional que no ano anterior, embora seja de referir que apenas a Área Metropolitana de Lisboa ultrapassa os valores médios do país. Colocando-se na posição central, o Alentejo ocupa a 4ª melhor posição nacional, aumenta o valor deste índice e consequentemente, aproxima-se da média do país.

ISDR – Componente Coesão 2016, NUTs III
Variação face a 2015



O ano de 2016 revela-se, em termos da qualidade de vida das populações um ano de diminuição, quando comparado com o ano anterior, são apenas 10 das 25 sub-regiões nacionais que vêem aumentado o valor do seu índice.

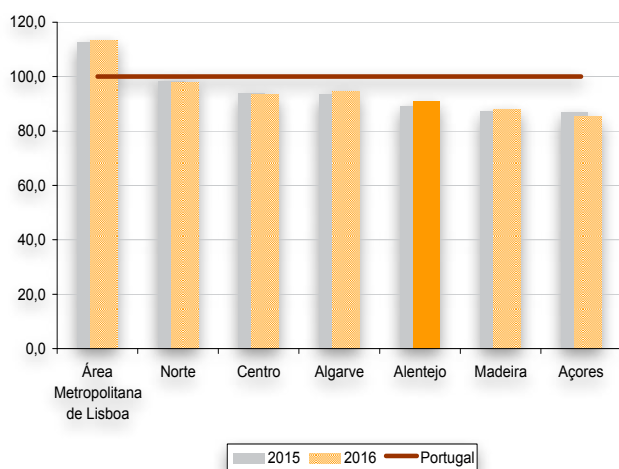
No Alentejo, em comparação com as restantes sub-regiões do país, este é um ano de relativa vantagem, com o Alentejo Central a ganhar uma posição e ocupando a 4ª melhor nacional, o Alto Alentejo a subir 2 lugares, a encontrar-se na 11ª posição, o Baixo Alentejo a ganhar mais um lugar e a localizar-se na 20ª posição. Em decréscimo encontra-se a Lezíria do Tejo, que passa da 10ª para a 15ª posição e o Alentejo Litoral que, ocupando o 17º lugar perde uma posição na hierarquia nacional.

ISDR – Componente Coesão 2016 - Alentejo, NUTs III



O Alentejo Central, sendo a sub-região que apresenta o valor mais elevado do índice coesão, viu decrescer o valor do seu índice. No entanto, em termos nacionais ainda que em perda em termos de valor, ganha posição. Tal revela uma descida do valor do índice nacional. Apesar da variação entre o valor mais elevado e mais baixo deste índice ter diminuído, a redução das assimetrias regionais ficou a dever-se a um decréscimo do valor mais elevado e à estabilidade do valor mais baixo apresentado pela Baixo Alentejo.

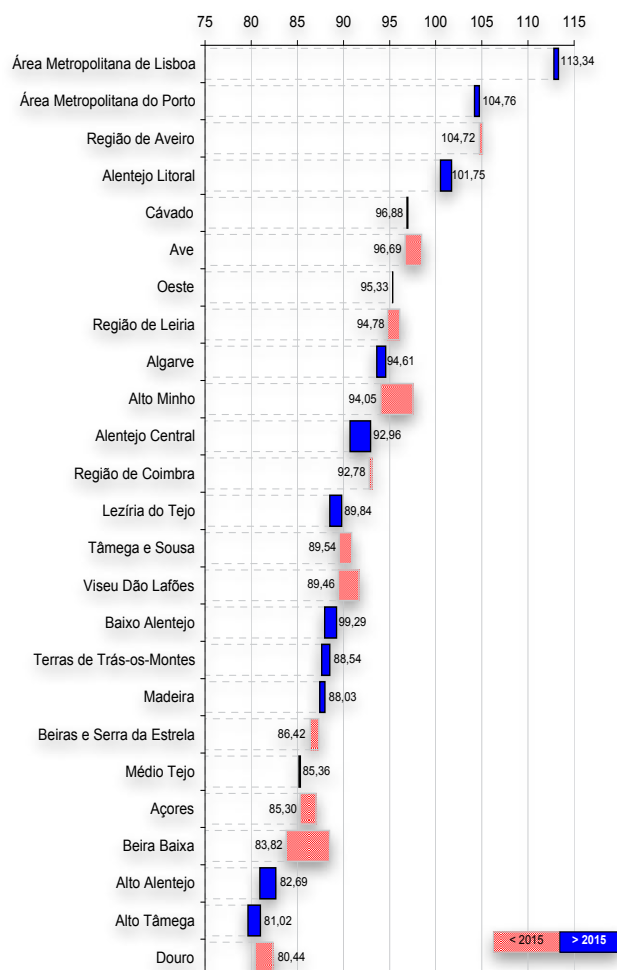
ISDR – Componente Competitividade 2016, NUTs II



No que reporta ao desempenho da economia, das infra-estruturas e das empresas aferido pelo índice competitividade, a Área Metropolitana de Lisboa é a única que ultrapassa a média nacional.

O Alentejo é uma das três regiões de Portugal que aumenta o valor do índice, mantém-se na 5ª posição nacional, apresentando o maior acréscimo.

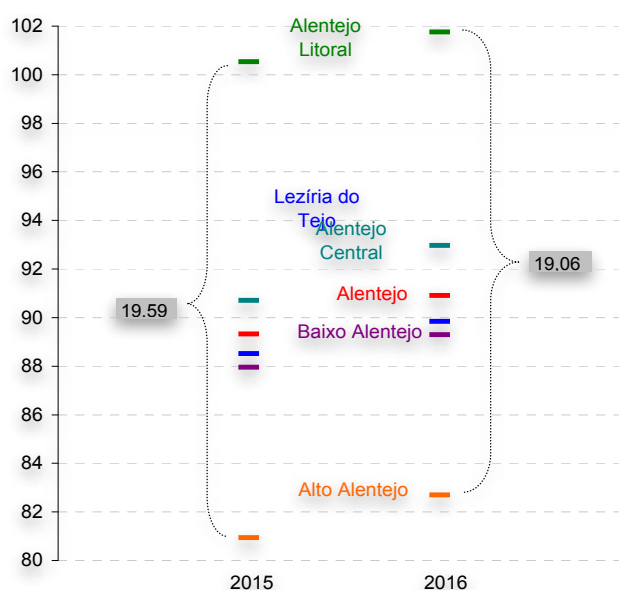
ISDR – Componente Competitividade 2016, NUTs III / Variação face a 2015



Relativamente a 2015 são 11 as sub-regiões que aumentam o valor do índice competitividade, embora sejam apenas e igualmente 4 sub-regiões com valor acima da média nacional. Neste grupo encontram-se todas as do Alentejo, sendo o Alentejo Central o que apresenta do maior acréscimo nacional.

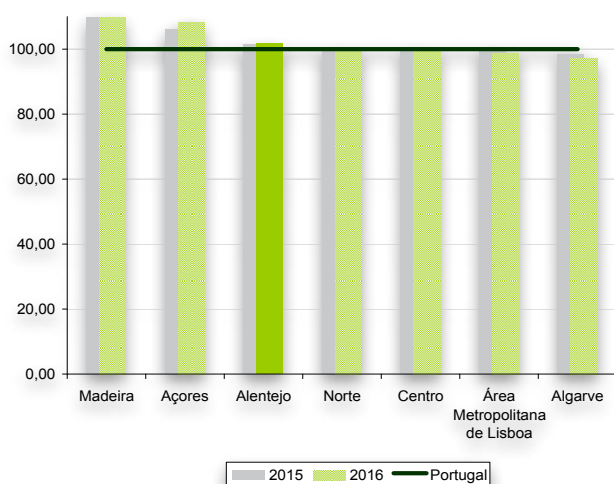
O Alentejo Litoral com valor superior à média nacional apresenta também o maior valor regional e ocupa a 4ª melhor posição do país. As restantes sub-regiões do Alentejo melhoram as também as suas posições. O Alentejo Central sobe 3 lugares e atinge a 11ª posição, a Lezíria do Tejo passa da 15ª, para a 13ª posição e o Baixo Alentejo e o Alto Alentejo ganham um lugar na hierarquia, posicionando-se, respetivamente, na 16ª e 23ª posição.

ISDR – Componente Competitividade 2016 - Alentejo, NUTs III



O índice competitividade mostra um Alentejo com melhores resultados comparativamente com o ano anterior. O valor do índice aumenta em todas as regiões e é menor o diferencial entre o valor mais elevado e o mais baixo. O indicador competitividade revela que ainda que numa forma ténue, diminuem as assimetrias regionais no Alentejo.

ISDR – Componente Qualidade Ambiental, NUTs II

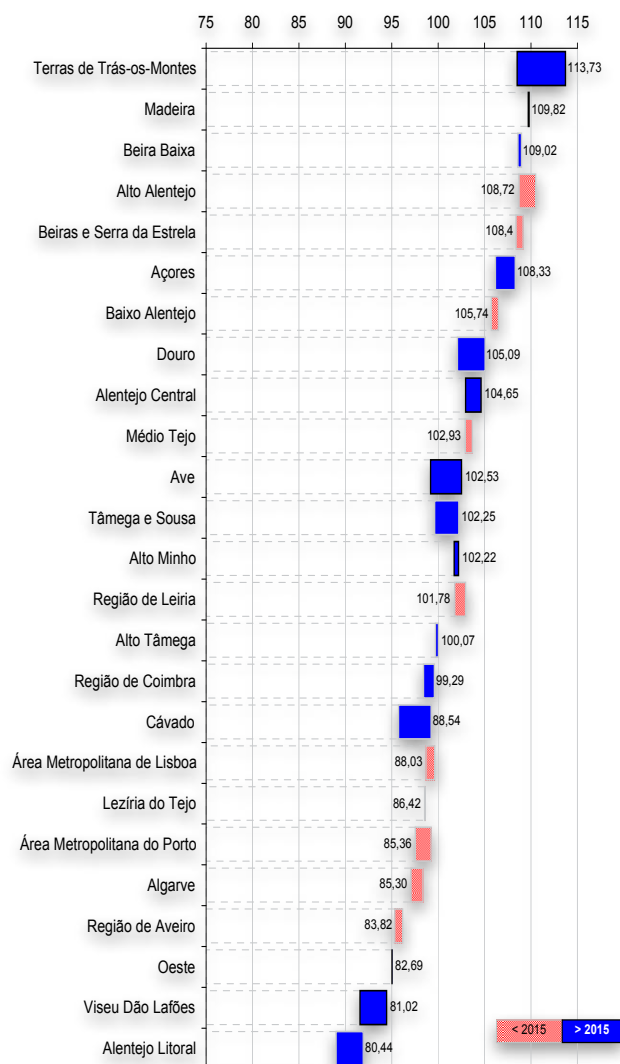


A qualidade ambiental é a componente avaliada pelo ISDR que mostra maior equilíbrio nacional. São três as regiões que ultrapassam a média do país, em termos gerais os valores rondam o valor apresentado por Portugal.

O Alentejo na 3ª posição nacional, com valor 101.4, apresenta um ligeiro crescimento rela-

tivamente ao ano anterior, confirmando ganho em condições ambientais, circunstância que vem sendo reafirmada ao longo dos anos.

ISDR – Componente Qualidade Ambiental 2016, NUTs III / Variação face a 2015



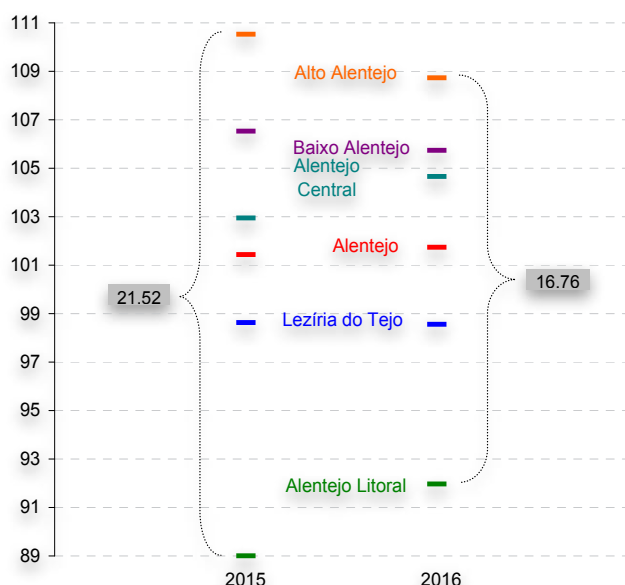
São 15 sub-regiões de Portugal que apresentam crescimento face ao ano anterior e que superam o valor médio nacional.

O Alto Alentejo, ainda que em decréscimo, é a sub-região com o valor mais elevado do índice qualidade ambiental e ocupa a 4ª posição.

O Baixo Alentejo posiciona-se no 7º lugar, o Alentejo Central na 9ª posição, a Lezíria do Tejo em 19º lugar e na última posição da hierarquia das sub-regiões encontra-se o Alentejo Litoral.

O Alentejo Litoral e o Alentejo Central apresentam aumento do índice e este último sobe uma posição face a 2015.

ISDR – Componente Qualidade Ambiental 2016 - Alentejo NUTs III

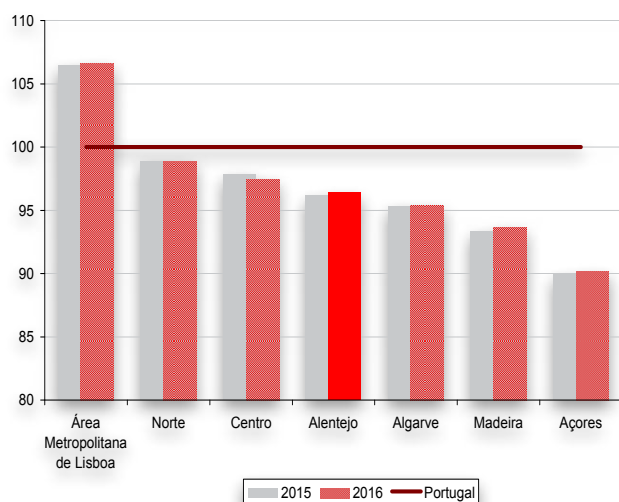


Neste componente são 4 as sub-regiões do Alentejo com valor acima da média nacional.

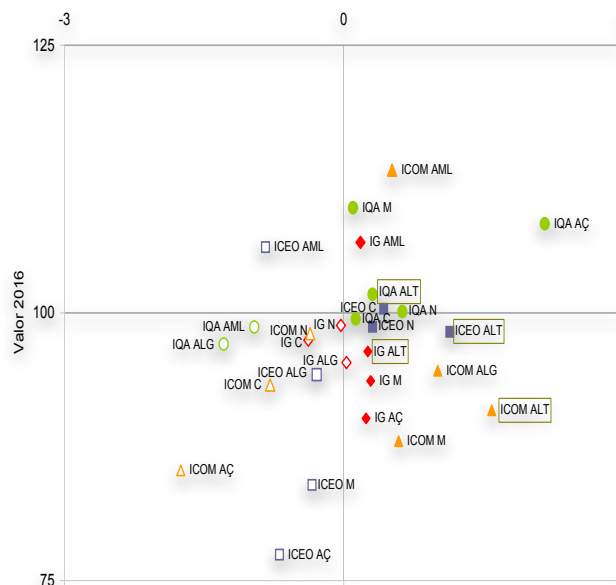
Verifica-se aumento do valor em duas sub-regiões (Alentejo Central e Alentejo Litoral) e redução no Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, ainda que neste último caso a redução quase não tenha significado.

Dado que os valores extremos deste indicador se aproximam, por perda do valor mais elevado no Alto Alentejo e aumento do valor mais baixo no Alentejo Litoral, o diferencial reduz, reportando uma maior homogeneidade das condições ambientais dentro da região.

ISDR – Índice Global, NUTs II



ISDR NUTS II - Variação 2015-2016



O Índice global revela um país onde apenas uma sub-região apresenta valores acima do valor nacional. Por ordem decrescente encontram-se o Norte, o Centro e em 4ª posição o Alentejo. Este lugar na hierarquia regional deve-se a apenas contar com valores do índice qualidade ambiental acima do valor nacional, pois embora o componente coesão apresente valor próximo de 100, os baixos valores do componente competitividade enviam o Alentejo para aquela posição nacional.

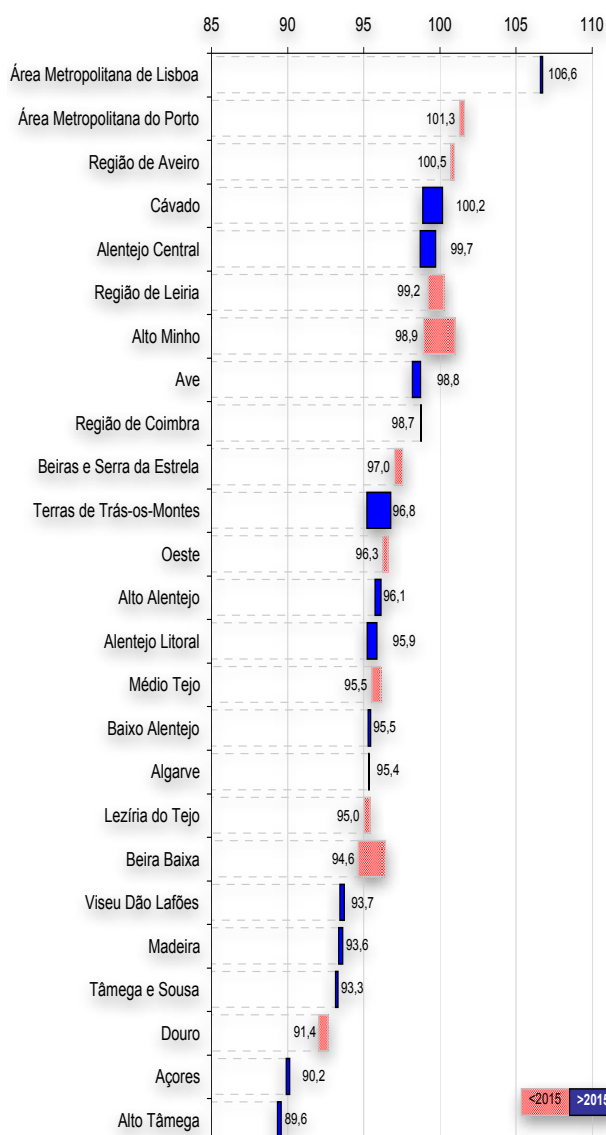
Em termos nacionais, como já mencionado, apenas a Área Metropolitana de Lisboa apresenta valores do índice global acima do valor 100 atribuído a Portugal. Também ao nível dos componentes são 7 os que apresentam valor acima do nacional com a qualidade ambiental a mostrar os melhores resultados, sendo 4 as regiões com valor superior a 100.

O componente coesão posiciona-se acima da média nacional no Centro e na Área Metropolitana de Lisboa, embora esta última apresente decréscimo.

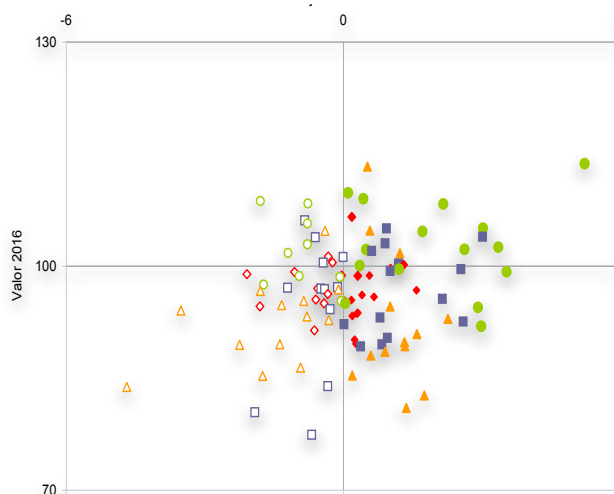
A Área Metropolitana de Lisboa é a única região com valor acima de 100 no componente competitividade.

Ainda que não atingindo o valor 100, mas sendo alvo de crescimento, encontram-se as regiões do Algarve, o Alentejo e Madeira no componente competitividade, o Norte e o Alentejo no componente coesão e o Norte na Qualidade Ambiental.

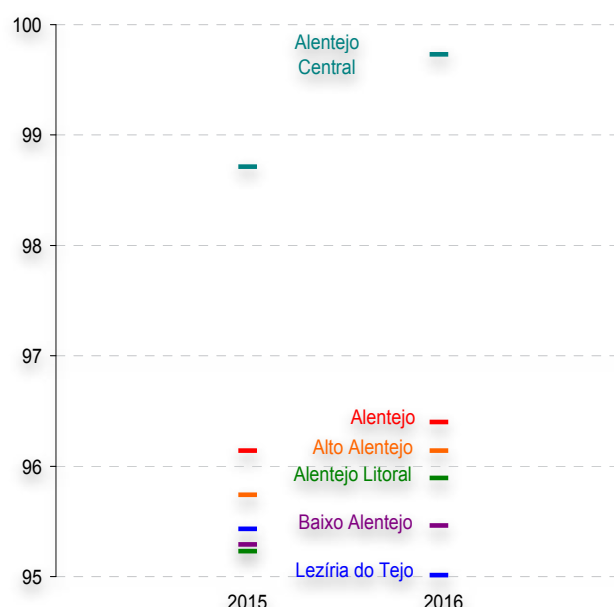
ISDR – Índice Global, NUTs III Variação face a 2015



ISDR NUTS III - Variação 2015-2016



ISDR – Índice Global 2016 – Alentejo e NUTs III



São um pouco mais de metade as sub-regiões com crescimento no índice global, 14 entre as 25 que compõem a totalidade das sub-regiões de Portugal. Por ordem decrescente de valor surgem a Área Metropolitana de Lisboa, a Área Metropolitana do Porto e a região de Aveiro.

O Alentejo Central como primeira sub-região do Alentejo na hierarquia nacional, na 5ª posição, apresenta crescimento, quase atingindo o valor nacional.

As restantes sub-regiões do Alentejo localizam-se entre a 13ª posição do Alto Alentejo e o 18º lugar da Lezíria do Tejo.

Um apuramento geral permite verificar que:

- a competitividade mostra 13 sub-regiões em crescimento, mas apenas 3 apresentem valor acima da média do país - a AMPorto, a AMLisboa e Alentejo Litoral;
- a coesão apresenta 13 sub-regiões em crescimento e 5, simultaneamente, acima do valor nacional – Alto Minho, Região de Coimbra, Região de Leiria, Médio Tejo e Alentejo Central;
- a qualidade ambiental apresenta maior número de sub-regiões em crescimento (15), das quais 10 com valor acima de 100 - Alto Minho, Ave, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa, Alentejo

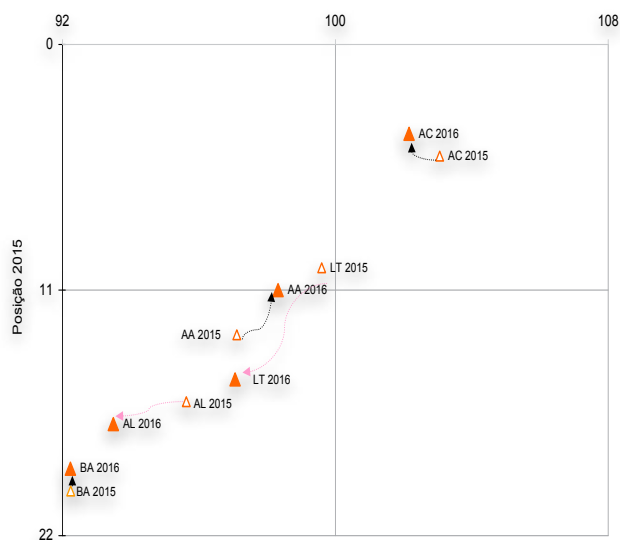
Central, Açores e Madeira;

- o índice global conta com 14 sub-regiões com acréscimo e entre elas 2 com valor acima de 100 – a Área Metropolitana de Lisboa e Cavado.

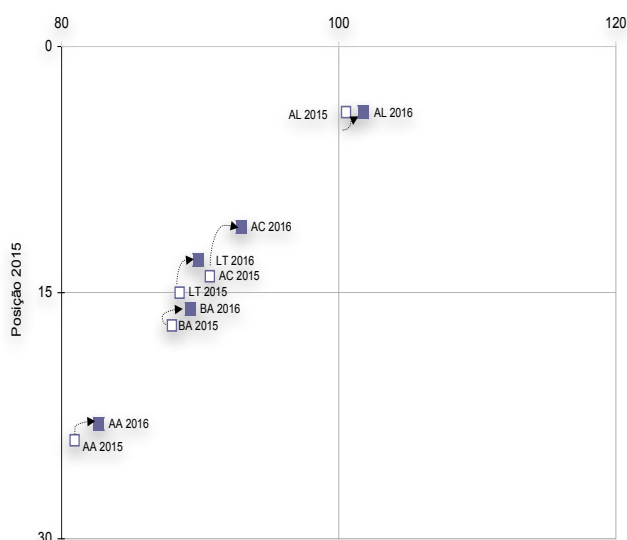
O Alentejo revela um acréscimo em todas as sub-regiões do Alentejo tradicional, com significativo aumento do valor do índice no Alentejo Central, embora o seu valor seja abaixo do valor médio do país em todas as sub-regiões.

O aumento expressivo do valor do índice global no Alentejo Central e a diminuição do valor mais baixo assumido pela Lezíria do Tejo faz aumentar as assimetrias regionais, tendo por base os valores apresentados pelo índice global do ISDR ■

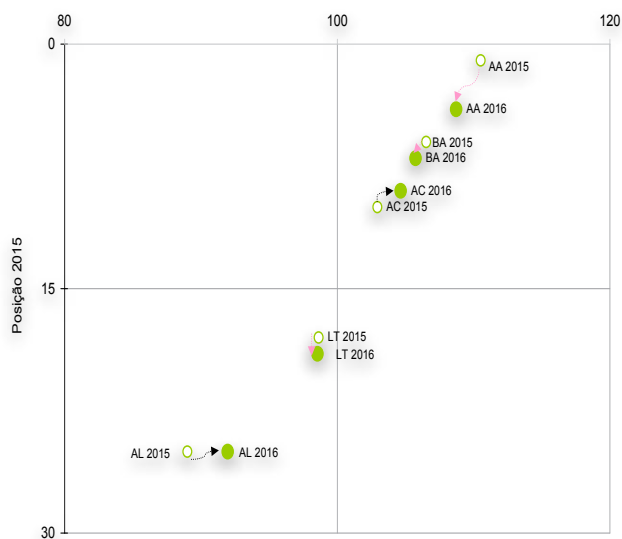
Índice Coesão (valor)



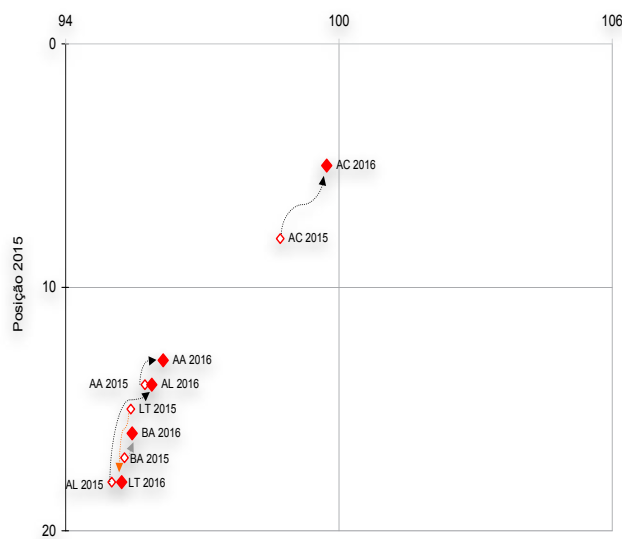
Índice Competitividade (valor)



Índice Qualidade Ambiental (valor)



Índice Global (valor)



Tema em destaque

A Estratégia Portugal 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas

Enquadramento

Em 25 de Setembro de 2015, a Assembleia-geral das Nações Unidas adoptou a resolução intitulada “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/RES/70/1).

Esta nova Agenda das Nações Unidas para 2030 foi definida como um plano de acção centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias (5P), tendo como objectivo final a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, no âmbito do qual todos os Estados e outras partes interessadas assumem responsabilidades próprias no que diz respeito à sua implementação, dando-se relevância ao facto de que ninguém deve ser deixado para trás.

Trata-se de uma agenda universal, assente em 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países. Pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e acções desenvolvidas nos planos global, nacional e regional.

Trata-se de uma nova forma de abordar o desenvolvimento, pois i) integra as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental); ii) assenta em objectivos e metas universais a serem implementados por todos os países (e não apenas por países em desenvolvimento); iii) assume uma forte dimensão de combate às desigualdades e promoção dos Direitos Humanos, como preocupação transversal a todos os ODS; e iv) implica uma nova dinâmica de conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores, incluindo as organizações não-governamentais, o sector empresarial privado, a academia, parceiros sociais, e restantes membros da sociedade civil, não esquecendo também a cooperação entre o Parlamento, o Governo, autoridades regionais e autarquias locais.

No plano regional, a União Europeia procura estabelecer uma nova abordagem para garantir o crescimento e a sustentabilidade na sua tripla dimensão (económica, social e ambiental) para além de 2020.

Em 22 de Novembro de 2016 a comunicação da Comissão Europeia, intitulada “Próximas etapas para um futuro europeu sustentável” perspectiva a implementação da Agenda 2030 no âmbito da UE salientando que o cerne do projecto europeu é o desenvolvimento sustentável que integre as três dimensões - económica, social e ambiental – de modo a satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer as das gerações futuras.

Para implementação interna da Agenda 2030, a UE inclui duas vertentes de trabalho:

1. A integração plena dos ODS no quadro político europeu e nas 10 prioridades da actual Comissão, identificando as principais preocupações em matéria de sustentabilidade, mas requerendo também uma avaliação das políticas europeias e dos esforços a prosseguir para se alcançarem os 17 Objectivos;
2. Identificação das políticas sectoriais após 2020 que viabilizam o cumprimento dos ODS a longo prazo, projectando uma visão europeia de futuro. O novo Quadro Financeiro Plurianual após 2020 deverá reorientar as contribuições do orçamento da UE em idêntico sentido.

Em termos de acção externa, muitas das políticas da UE contribuem para a implementação dos ODS a nível mundial, tornando fundamental o esforço de coerência das políticas europeias para o desenvolvimento.

A implementação dos ODS em Portugal

Em 25 Fevereiro de 2016, foram aprovadas em Conselho de Ministros as primeiras linhas de orientação intragovernamental para a Agenda 2030. Foi salientada a necessidade de estreito alinhamento entre os dois eixos da Agenda - o plano interno e o plano externo - assim como a necessidade de diálogo estruturado com os organismos do sistema das Nações Unidas, junto dos quais será feita a gestão política da implementação da mesma Agenda.

A nível nacional, desencadeou-se ainda um exercício de avaliação do ponto de partida do país, através da recolha de informação e dados sobre o ponto de situação em que Portugal se encontra relativamente a cada um dos 17 ODS, obtendo-se um mapeamento das políticas nacionais que concorrem para a implementação da Agenda 2030.























Definiu-se que, a nível nacional, os ODS deverão ser concretizados, da seguinte forma:

- ✓ Incorporação da Agenda 2030 nas estratégias, planos e políticas nacionais por áreas temáticas (5P):
 - Pessoas
 - Prosperidade
 - Planeta
 - Paz
 - Parcerias
- ✓ Definição de um conjunto de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários;
- ✓ Integração dos mesmos no Plano Nacional de Reformas;
- ✓ Integração dos ODS na Estratégia Portugal 2030.

Assim, Portugal contribui para o alcance dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dando, no entanto, prioridade aos objectivos seguintes: ODS 4 (Educação e Qualidade), 5 (igualdade de género), 9 (indústria, inovação e infra-estruturas), 10 (reduzir as desigualdades), 13 (acção climática) e 14 (proteger a vida marinha) que se constituem como prioridades estratégicas nacionais na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os ODS são pois, o elemento central da nova agenda global a desenvolver até 2030. Assim, a Estratégia Portugal 2030, consolida-se em objectivos que se irão concretizar em sincronia com os ODS.

Para melhor explicitação do alinhamento entre os objectivos da Estratégia Portugal 2030 e os ODS, apresenta-se a seguinte matriz:

Matriz síntese das linhas gerais de prioridades pós 2020			Objectivos de Desenvolvimento Sustentável/Objectivos Prioritários	
OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS			Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
Domínios/Objetivos Transversais	I. Inovação e Conhecimento	Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação	 	
	II. Qualificação, Formação e Emprego	Assegurar a disponibilidade de Recursos Humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional.	  	
	III. Sustentabilidade Demográfica	Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da economia.		
Domínios/Objetivos com Incidência Territorial	IV. Energia e alterações climáticas	Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética	   	
	V. Economia do Mar	Reforçar o potencial económico estratégico de Economia do Mar.	 	
	VI. Redes e Mercados Externos	Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior.	   	
	VII. Sustentabilidade dos territórios de Baixa Densidade	Reforçar a convergência dos territórios de baixa densidade, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e diversificando a base económica.	     	

Conclusões:

Pode dizer-se, em síntese e a partir da leitura da matriz apresentada, que a Estratégia Portugal 2030, face aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas revela os seguintes aspectos:

- ✓ Faz uma cobertura abrangente das várias áreas temáticas, intituladas dos 5 P (pessoas, prosperidade, planeta, paz e parcerias), apesar de não ser equitativa nem igualmente explícita para todas as áreas;
- ✓ Abrange os vários ODS, apesar de Portugal ter referenciado quatro como prioritários: 4 (Educação e Qualidade), 5 (igualdade de género), 9 (indústria, inovação e infra-estruturas), 10 (reduzir as desigualdades), 13 (acção climática) e 14 (proteger a vida marinha);
- ✓ Existe correspondência entre Objectivos prioritários da Estratégia Portugal 2030 e ODS específicos ou conjuntos de ODS que se complementam entre si;
- ✓ Os ODS associados à componente económica (8 e 9) têm maior peso relativamente aos restantes;
- ✓ Existe maior incidência nos objectivos de competitividade do que nos de coesão e nos de sustentabilidade ambiental e poucas referências à dimensão institucional;
- ✓ Há fraca referência (só implícita) a quatro ODS no âmbito das pessoas, nomeadamente, ODS 1. Erradicar a Pobreza, ODS2. Erradicar a Fome, ODS 5. Igualdade de Género e ODS 6. Água (tendo sido o ODS igualdade de género definido como prioritário)
- ✓ Dos seis ODS considerados prioritários por Portugal (já referenciados acima), dois são pouco referidos - ODS 5 - Igualdade de Género e ODS 10 - Reduzir Desigualdades;

Com a evolução da Estratégia Portugal 2030 e com a explicitação dos objectivos definidos ainda de forma genérica, este alinhamento poderá evoluir favoravelmente e convergirmos ainda mais com a nova Agenda das Nações Unidas para 2030. A implementação dos ODS, em alinhamento com a Estratégia 2030, traduzir-se-á em políticas com impacto nos territórios e nas regiões e esta contextualização ajudar-nos-á a perceber melhor as políticas com impacto no Alentejo ■

Bibliografia:

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (16 de Junho 2017) - Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas) Acedido em: 20-08-2018, em:

https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf

João Ferrão e José Reis (23 de Março 2018) - A ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 À LUZ DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Apresentação na Conferência Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável). Acedido em: 22-08-2018, em:

http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=2ahUKEwiqodD4-YXdAhUFQhokHVZlBbgQFjADegQIBxAC&url=http%3A%2F%2Fwww.cnads.pt%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D450%26Itemid%3D84&usg=AOvVaw2GP4H_r93a-2cdb9q2fXYBB

Instituto Nacional de Estatística, I.P (03-07-2018) Objectivos de Desenvolvimento Sustentável – Indicadores para Portugal 2030 –, acedido em 10 -08-2018, em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=332274994&PUBLICACOESmodo=2

Guia sobre o Desenvolvimento Sustentável – 17 objectivos para transformar o nosso mundo. Acedido em 16-08-2018, em

https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf

Sítio: Portugal 2030 - Portugal e o Futuro da Política de Coesão – Matriz Síntese das linhas gerais de Prioridades Pós 2020– acedido em 22 -08-2018, em:

<https://www.portugal2030.pt/portugal-e-o-futuro-da-politica-de-coesao/>

Perspetiva 2020

Pensar Turismo - Planeamento do Território / Acessibilidades



Nos últimos anos, o assunto tem sido, compassadamente, reivindicado por várias esferas da sociedade. De autarcas a civis, a questão das acessibilidades - reitero a questão porque até então, fruto da perseverança de quem alcança o potencial do território, foi sempre contornada e não impeditiva de empreendedorismo - não constituiu um problema para os muitos investidores, de dentro e de fora da Região, nem para os visitantes e turistas que reconhecem no Alentejo a sua singularidade. O destino atingiu um patamar de excelência e de diversidade de oferta que urge, mais do nunca, um planeamento integrado e consistente do território.

Senão, vejamos: Há 7 anos atrás o Alentejo tinha 1 hotel de 5 estrelas e atualmente tem 10, tínhamos 15 empresas de animação turística e nos dias que correm existem cerca de 500. Estes são apenas alguns dos exemplos dos muitos negócios que têm contribuído para que o Alentejo seja a região do país que mais tem crescido no que ao setor do turismo diz respeito. Cresce no número de visitantes mas também nos proveitos. Um indicador onde a taxa de evolução supera os 20 por cento, traduzindo que, quem nos visita, ganha mais 40% do que há dois anos. Ou seja, o turista que hoje vem ao território, gasta o que gasta porque é um turista com mais poder de compra e com mais apetência cultural. É um turista que beneficia não só o Turismo no setor restrito do alojamento, da restauração e da animação turística mas que compra também produtos endógenos, como os vinhos, os enchidos ou os queijos.

Para que isto acontecesse foi necessário alavancar a qualidade mas também a promoção integrada da oferta, através da criação e implementação de vários projetos de estruturação que abrangem áreas tão distintas como a Gastronomia e Vinhos, o Enoturismo, o Touring Cultural e Paisagístico, o Turismo Natureza, o Cycling, o Walking, o Património Cultural e Imaterial, ou os Caminhos de Santiago. Vamos retomar o RDC - Lago Alqueva 2010, a Conservação, Proteção e Valorização do Turismo Ornitológico e o Alentejo Global Invest. Em arranque está o Wi-Fi Alentejo Central, a Rede de Inovação Regional, a Internacionalização dos Recursos Silvestres. E preparamos já a Rede Regional de Autocaravanismo, o Observatório do Turismo Sustentável e o Alentejo - Ribatejo 365. Apostámos

e continuamos a apostar no que é identitário e, nos últimos quatro anos, vimos reconhecidos, pela Unesco, a universalidade de 5 bens. Somos a única Região certificada do país e das poucas na Europa, e estamos agora a avançar com a certificação de toda a cadeia de valor. No Turismo, a “obra” está permanentemente inacabada e é preciso não esquecer que este é um setor que impulsiona e beneficia todo o território de forma transversal.

Por isso é preciso fazer mais, muito mais, para que continuemos a crescer, a dar resposta às necessidades e exigência do mercado e a pontuar pela diferença. Há muito que se fala, mas “sem sair da pista”, do aeroporto de Beja. É premente parar e refletir em conjunto. Colocar os pesos nos pratos da balança. Neste particular, não temos dúvidas de que a Entidade Regional de Turismo deve ter uma voz mais forte no que se designa por planeamento turístico num sentido mais restrito, ou seja as acessibilidades / infraestruturas.

Numa altura em que se discute o novo quadro comunitário de apoio, ou se agarra a oportunidade ou se condiciona o futuro. Na nossa opinião, o aeroporto de Beja tem um forte potencial que pode e deve ser dinamizado, não só em prole da Região mas também do território no seu todo. Mas também é necessário criar as infraestruturas e boas acessibilidades ferroviárias e rodoviárias. Isso é decisivo e tem que ser discutido, analisado. Isto é inequívoco!

Quando pensamos em Turismo temos, imperativamente, que pensar em planeamento do território. Para que a Região continue a crescer precisa de um aeroporto, uma boa linha-férrea que ligue Madrid a Lisboa, mas que passe por Elvas e por Évora. No que à rodovia diz respeito, temos que saber criar uma boa ligação por auto-estrada Beja-Lisboa, e o mesmo para a ferrovia. E considerar, também, a melhoria das ligações de Portalegre à auto-estrada, porque o Alentejo deve ser visto como um todo.

Em estreita articulação com os municípios e os empresários, como sempre fizemos, empreenderemos todos os esforços para conseguirmos um conjunto de infraestruturas que são necessárias para as dinâmicas de desenvolvimento turístico do território. E é agora, com o novo quadro comunitário de apoio, que temos que saber agir ■

Artigo da responsabilidade de Ceia da Silva - Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo / Ribatejo.



O Alentejo no Contexto do Portugal 2020

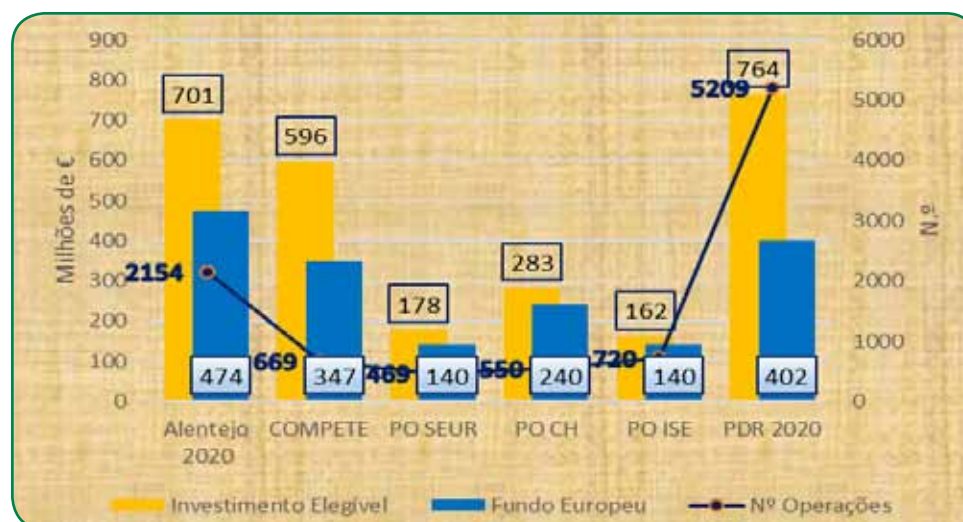
Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região Situação a 30 de junho de 2018

O PORTUGAL 2020 reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais intervenções apoiadas pelos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o ALENTEJO 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE, PDR 2020. Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela ADC – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial e à informação sobre aprovações do PDR 2020, relativa a 30 de Junho de 2018.

Operações aprovadas por programa operacional

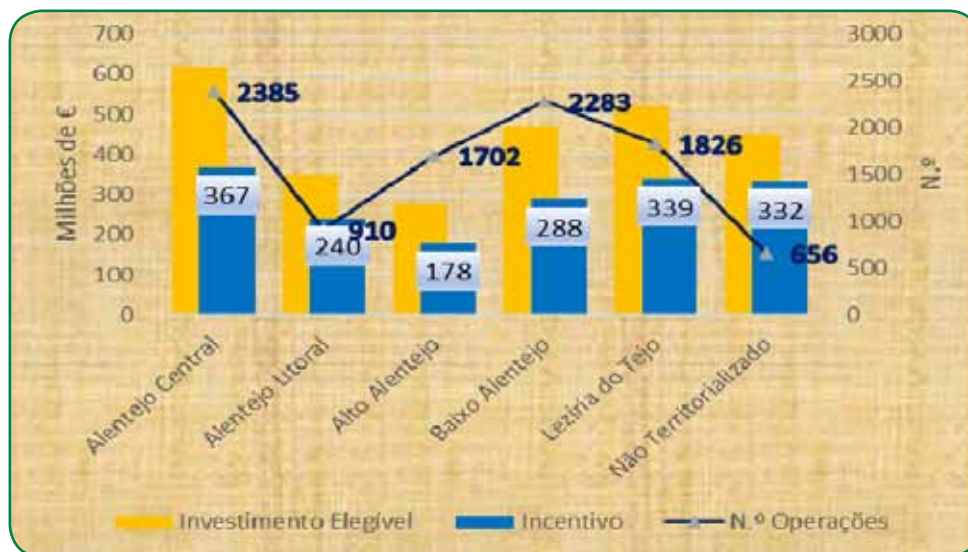
À data de realização deste estudo, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020. O PDR 2020 pela sua génese adequada à base económica do Alentejo e por ter sido o primeiro a arrancar é o que tem mais operações aprovadas e mais investimento elegível apresenta, 53% e 28%, respetivamente. Por sua vez, o ALENTEJO 2020 é o que mais fundos europeus mobiliza a nível regional (27%) e o COMPETE 2020 é o que apresenta maior valor médio de investimento por projeto (cerca de 900 mil euros/projeto). Vistos em conjunto, verifica-se que detêm mais de 82% das operações aprovadas, 76% do investimento elegível aprovado e 70% dos fundos europeus aprovados.

Gráfico 1 - Os Programas Operacionais no Alentejo



Uma visão importante acerca da mobilização de fundos europeus é aquela que é dada pela sua distribuição territorial, pois esta perspetiva permite constatar, ainda que de forma algo grosseira, algum do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 2, que representa a distribuição dos fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 25%) ocorre na NUTS III Alentejo Central, que também é a mais representativa no que respeita a investimento elegível (23%) e fundo europeu aprovado (21%) para apoiar as operações em curso. Em termos de relevância, a Lezíria do Tejo também assume algum destaque, pois representa mais de 19% do investimento elegível e fundo europeu aprovado.

Gráfico 2 - Distribuição das operações e fundos europeus por NUTS III

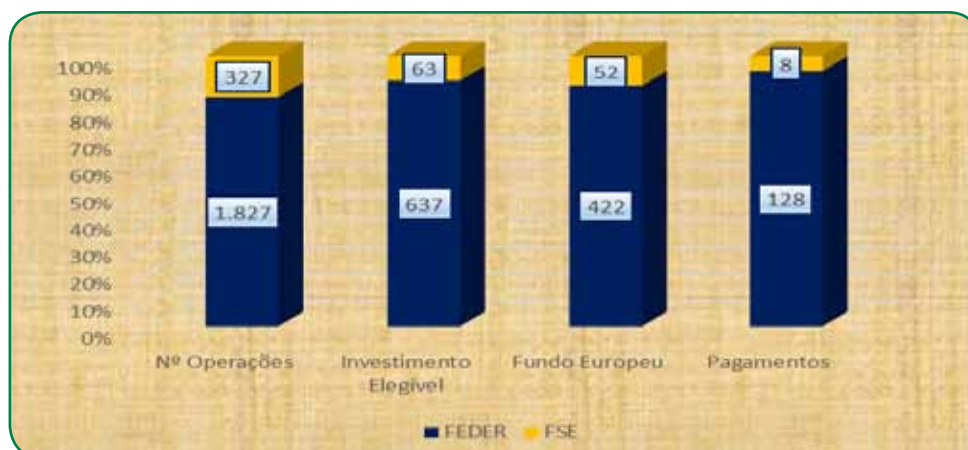


Ainda faz sentido fazer uma chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes com particular destaque para o FSE, que representa cerca de dois terços das operações não territorializadas, fruto da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário que dificultam muito a sua afetação territorial. Por sua vez, o FEDER representa 28% das operações e 34% do fundo europeu não territorializado, mas neste caso em função de haver um determinado número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.

Programa Operacional Regional do Alentejo – ALENTEJO 2020

Este PO é co-financiado por dois fundos europeus, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 85% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 90% no que diz respeito a investimento elegível, fundo europeu aprovado e pagamentos efetuados. De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma que está sujeita a segredo estatístico, o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 13%.

Gráfico 3 - Os Fundos Estruturais no Alentejo 2020



A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo do ALENTEJO 2020 evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca das demais por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (25% do total). Acontece também que se observa a existência de um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações não territorializáveis e que, no seu conjunto, representam cerca de 23% dos fundos aprovados para apoiar as operações.

Gráfico 4 – O Alentejo 2020 por NUTSIII

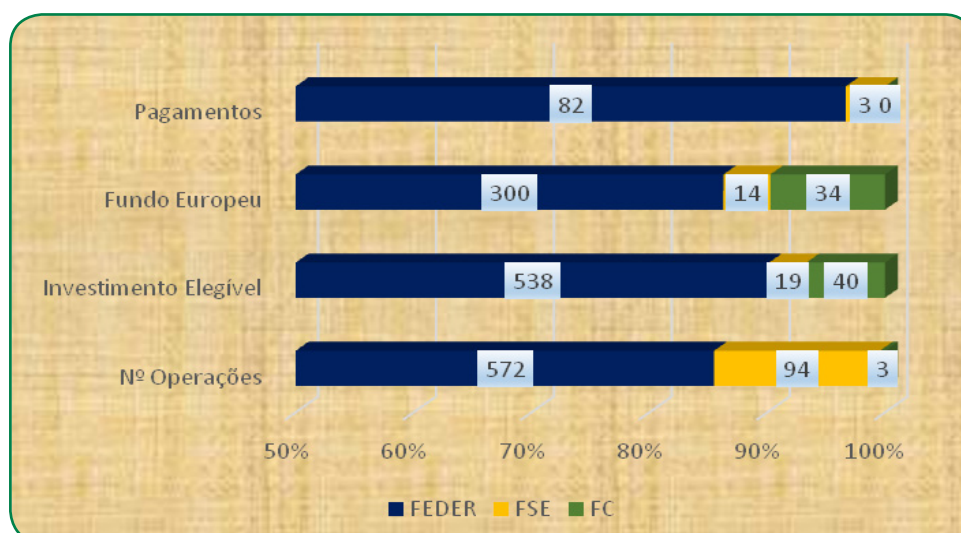


As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes no Alentejo 2020 e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de Intervenção: Qualificação e Inovação de PME e IFRU com apoio do FEDER e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar com apoio do FSE, tipologias estas associadas a operações promovidas por beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – COMPETE 2020

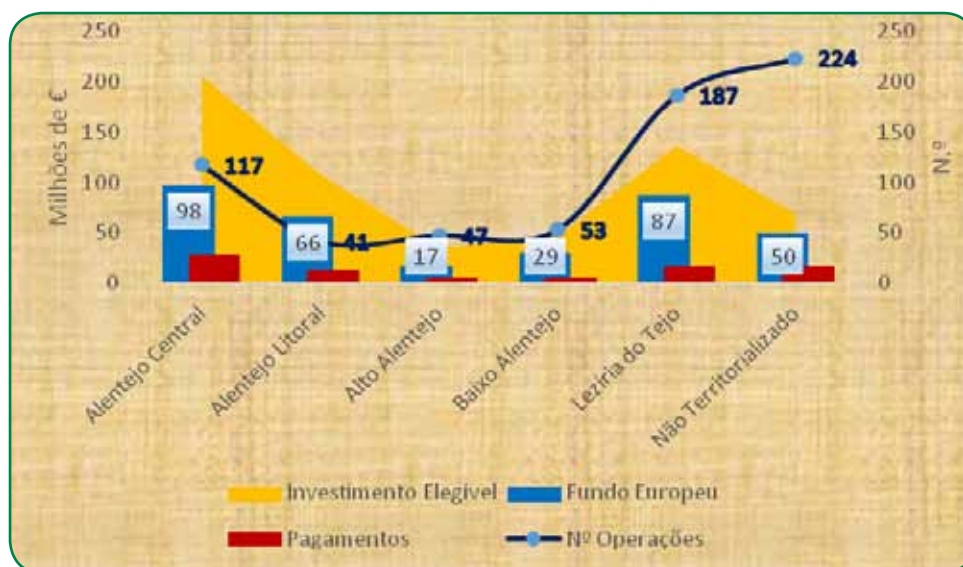
À semelhança do Alentejo 2020, este PO também é suportado por vários fundos estruturais, no caso três, FEDER, FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos e Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

Gráfico 5 – Os Fundos Estruturais no COMPETE 2020



Nesta data, de todos os fundos europeus, o FEDER é o mais representativo ao atingir valores que variam entre os 86% do número de operações e do fundo aprovado para as apoiar, os 90% do investimento elegível e os 96% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa.

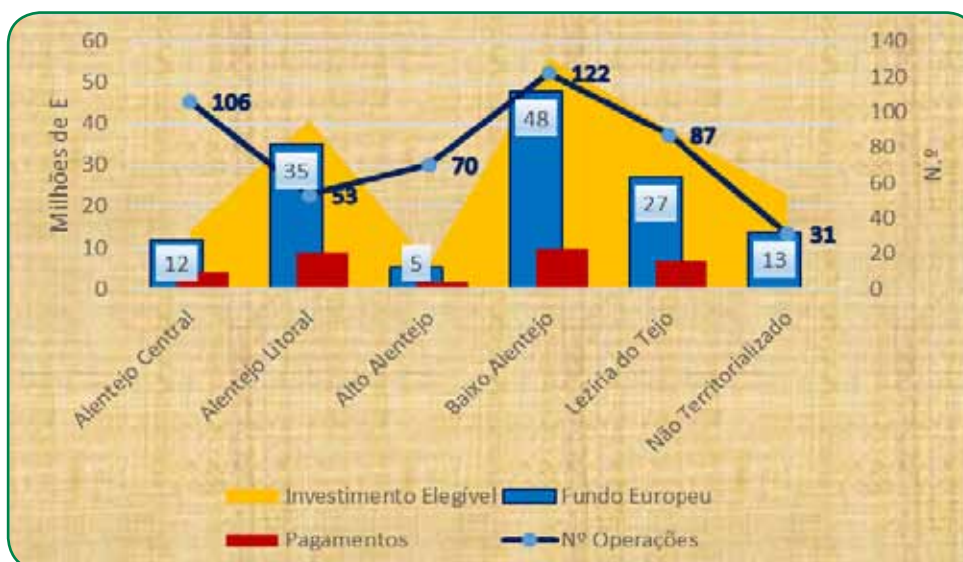
Gráfico 6 – O COMPETE 2020 por NUTSIII



No que diz respeito à distribuição territorial, constata-se que o COMPETE 2020 incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo, que detêm 28% e 25%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações, indiciando a dinâmica destas duas NUTS III do ponto de vista empresarial. Saliente-se também o grande número de operações não territorializadas (33% do total) que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo Qualificado e Criativo, Internacionalização das PME, e Formação de Empresários e Trabalhadores das Empresas.

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

Gráfico 7 – O PO SEUR por NUTS III



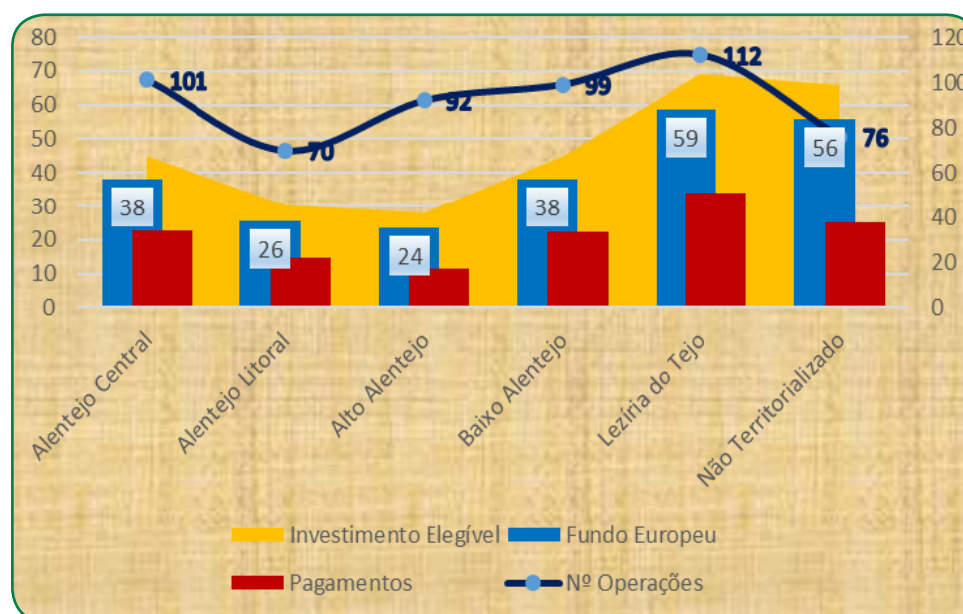
O PO SEUR está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. E, em termos de distribuição territorial, assume a sua maior expressão nas NUTS III Baixo Alentejo, com 31% do investimento elegível e 34% do apoio aprovado; e Alentejo Litoral com 23% do investimento elegível e 25% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas.

Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da Água, que mobiliza 54% do fundo europeu aprovado, para apoiar as operações inseridas neste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão inseridas na Tipologia Eficiência Energética nas Habitações.

Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador.

Gráfico 8 – O PO CH por NUTS III



No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais, pois é a que apresenta maior número de operações aprovadas (20%), de Investimento elegível (24%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (25%). Merece destaque, também, o elevado número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas, que estão muito ligadas à génese deste PO que por vezes revela dificuldade na associação das operações ao território. As Tipologias de Intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são o Ensino Superior (ofertas, igualdade e qualidade) e a Formação Avançada.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

Este programa operacional tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, constata-se que não há nenhuma NUTS III com maior destaque que as restantes, todas elas primam por apresentar valores baixos, exceção feita às operações não territorializadas (35%) que assumem predominância neste PO, bem como o investimento elegível aprovado (74%) e o fundo europeu aprovado para as financiar (75%).

Gráfico 9 – O PO ISE por NUTS III



Esta situação evidencia-se devido às Tipologias de Intervenção com enquadramento neste PO que revela dificuldade na associação das operações ao território. As Tipologias de Intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos Adultos no Mercado Laboral, Iniciativa Emprego Jovem e Integração dos Jovens no Mercado Laboral.

Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020H

O PDR 2020 é financiado única e exclusivamente pelo FEADER. Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 16% no Alto Alentejo e os 27% no Baixo Alentejo. De salientar que esta NUTS III se destaca um pouco mais, uma vez que apresenta o maior número de candidaturas aprovadas (29%) e o maior volume de investimento elegível (30%).

Gráfico 10 – O PDR 2020 por NUTS III



Esta situação está associada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola ■

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, engenheiro, mestre em economia agrícola - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Projeto:

Parque Verde - Construção do Parque Urbano e Espaço Multiusos para a Juventude

Beneficiário:

Município de Mora

Concelho (Localização Física da Operação):

Mora

Investimento Elegível Aprovado:

€ 950.000

FEDER Aprovado:

€ 807.500

Descrição:

A operação visa a construção do Parque Urbano e Espaço Multiusos para a Juventude no espaço urbano da vila de Mora, através da reconversão de um espaço em desuso, com a criação de dois espaços interligados.

No primeiro, desenvolvem-se as áreas destinadas a usos mais marcadamente informais, com um grande relvão atravessado por faixas, que estabelecem a demarcação dos diferentes usos dos novos edifícios de equipamento, desenhando as conexões assim como o atravessamento central e a ligação entre os arruamentos adjacentes ao Parque, atravessamento este de carácter pedonal e para trânsito rodoviário condicionado. Integra ainda um canal verde, em prado de sequeiro.

No segundo, relacionado com o anterior, com revestimento arbustivo rasteiro e denso e com espaços estruturados e organizados com hortas, zona de estadia ampla equipada e fortemente arborizada, um court de ténis e um campo padel e ainda um grande terreiro multifuncional para realização de grandes eventos.

O principal objetivo do projeto é promover as características essenciais para o desenvolvimento saudável da população local e visitantes, promovendo um espaço coletivo com importância social e lúdica para o Município ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.





Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Projeto:**MELGÃO CACAU E CHOCOLATES****Beneficiário:****MELGÃO CACAU E CHOCOLATES, LDA****Concelho (Localização Física da Operação):****Montemor-o-Novo****Investimento Elegível Aprovado:****€ 1.740.148****FEDER Aprovado:****€ 1.305.111****Descrição:**

A MELGÃO foi constituída em setembro de 2016 e tem a sua sede e instalações industriais localizadas em Montemor-o-Novo.

A empresa surge por iniciativa de dois irmãos, Serafim e António Melgão que, desenvolvendo há mais de duas décadas várias atividades ligadas ao chocolate e pastelaria/confeitaria, decidem criar uma unidade industrial para transformação de favas de cacau em pasta, posteriormente em chocolate (pastilhas), para a produção de bombons de chocolate e outros produtos tendo por base o chocolate.

Desta forma, este investimento tem por objetivo a criação de raiz de uma unidade industrial de transformação de cacau em chocolate e fabrico de outros produtos tendo por base aquela matéria-prima, tais como bombons com recheios à base de produtos regionais como azeite, azeitona, vinho do Porto, licor do poejo, mel e alecrim, entre outros produtos nacionais.

Foram previstos como investimentos, a construção da unidade fabril, com despesas associadas como o projeto de engenharia e arquitetura, o posto de transformação, sistema de climatização e renovação de ar, painéis solares fotovoltaicos e sistema solar térmico, a aquisição dos equipamentos operacionais/produtivos necessários à atividade pretendida, de que se destaca uma linha automática de produção de cacau em pastilhas de chocolate, depositador, túnel de arrefecimento vertical, temperadoras de chocolate, bancadas com temperatura controlada, moldes de carga, tapetes de cobertura, câmaras de frio positivo e negativo, estanteria para matérias-primas, consumíveis e zona de expedição, empilhador e porta paletes, bem como outros equipamentos diversos afetos à produção. Foram também adquiridos equipamentos para laboratório de controle de qualidade, hardware e software, e realização de despesas com plano de marketing, website e estudo de viabilidade económica e financeira.

Logo no ano pós projeto a empresa pretende que o mercado externo, com particular destaque para Espanha, Rússia, Angola, Moçambique e Polónia, represente cerca de 20% das suas vendas ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.

2020



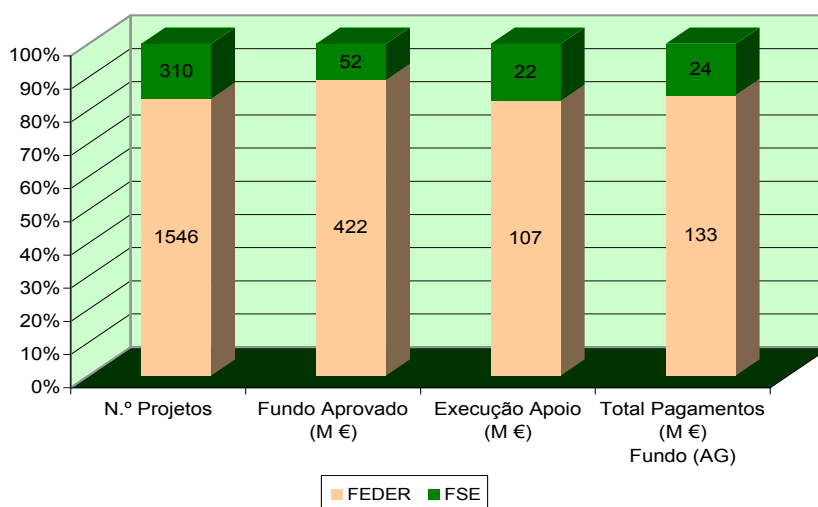
Programa Operacional Regional

Síntese da Execução do Alentejo 2020

Situação a 30 de junho de 2018

Tendo como base os dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020, relativos a 30 de Junho de 2018, observa-se que foram aprovados no âmbito deste programa um total de 474 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 1856 operações, dos quais 83% das operações e 89% dos fundos foram aprovados no âmbito do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

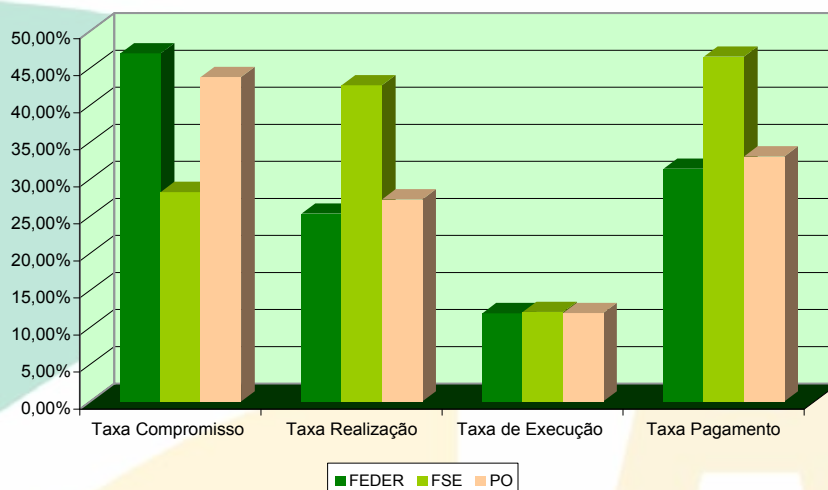
Gráfico – Síntese da execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 130 milhões de euros, a maior parte deles (83%) no âmbito do FEDER, e já tinham sido pagos a promotores perto de 160 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



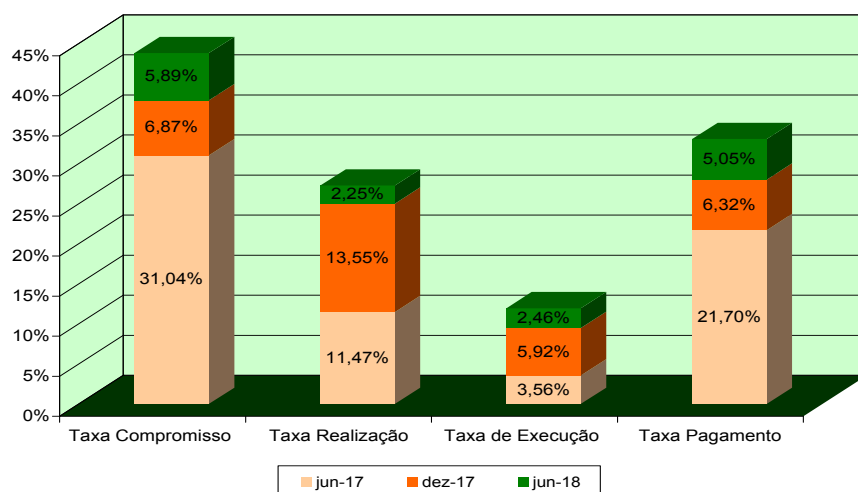
Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à execução do programa, a análise efetuada aos indicadores produzidos, permite constatar que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores próximos de 44% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 27% e 12%, respetivamente, e valores já consideráveis (33%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE cuja taxa se situa acima dos 47%.

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, e no que respeita a indicadores de execução, o FSE – Fundo Social Europeu, destaca-se em alguns deles devido à sua génese e às normas que lhe estão associadas, que permitem a concessão de adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

A evolução dos indicadores ao longo do período de execução do ALENTEJO 2020, até 30 de Junho de 2018, foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso e também na taxa de pagamento. Registe-se que, ao nível da taxa de execução, no último semestre se verificou um aumento de 2,46 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 27 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

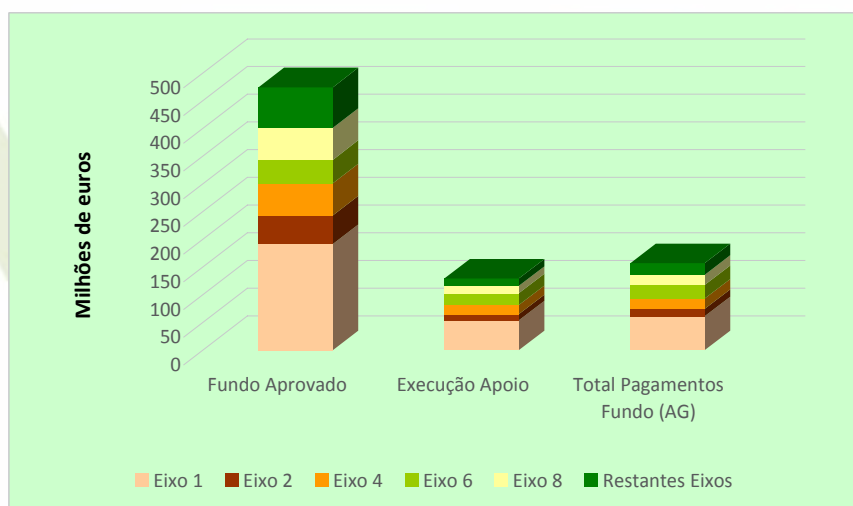
Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Ao nível dos Eixos Estratégicos, constata-se que cinco deles: 1- Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 – Ambiente e Sustentabilidade, representam 86% do investimento elegível aprovado neste PO Regional. Em 30 de junho de 2018, esses cinco eixos representavam 85% dos fundos aprovados, 90% do fundo executado e 87% dos fundos pagos.

Gráfico – Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários

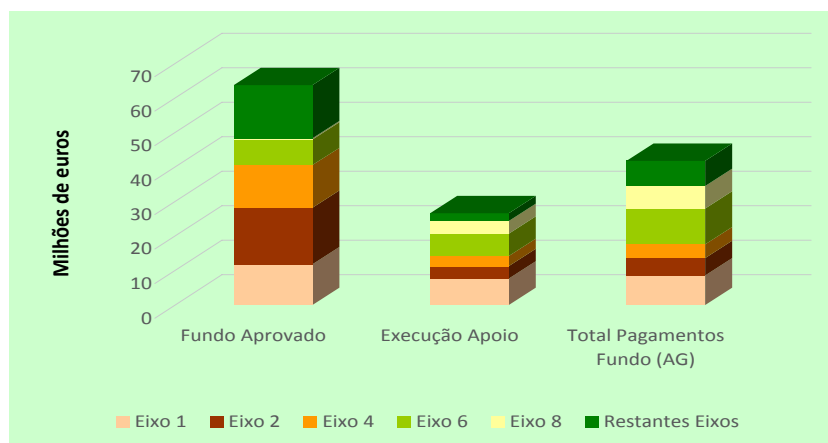


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

De entre os Eixos Estratégicos mencionados, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (40%), como a nível de Fundo executado (42%), e também de Fundo Pago (39%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos Sistemas de Incentivos às empresas.

Paralelamente, a análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo do primeiro semestre de 2018, permite observar que foram aprovadas 500 operações que promoveram a aprovação de cerca de 64 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 16% relativamente ao final do ano transato. No mesmo período, foram executados perto de 27 milhões de euros de fundos europeus e pagos cerca de 42 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 26% e 36%, respetivamente. Neste período destacaram-se dos demais o Eixo 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano, que registou maiores acréscimos de fundo aprovado, e também o Eixo 6 – Coesão Social e Inclusão, pelo acréscimo nos pagamentos.

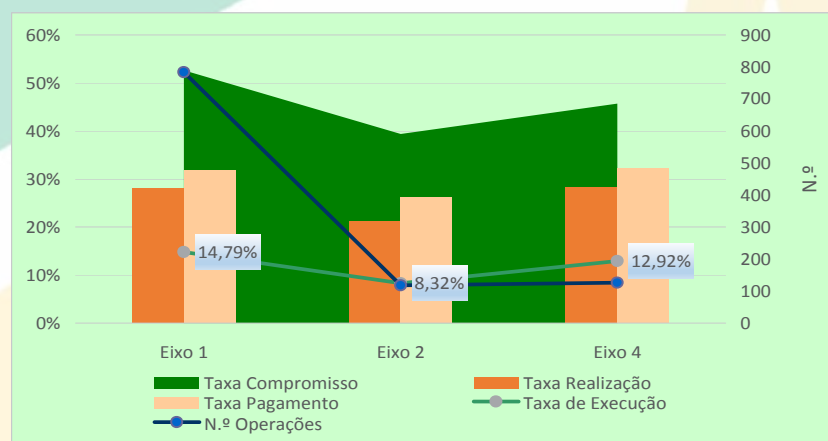
Execução do Alentejo 2020 por Eixos Estratégicos durante o ano de 2017



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução ao nível dos três Eixos Estratégicos mais representativos, 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, que detém a maior dotação de fundos europeus, 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano, que detém a maior dotação de FSE, e 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável. No que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores próximos dos 53%. Por sua vez, relativamente à taxa de realização e pagamentos destaca-se o Eixo 4, que superaram os 28% e 32%, respetivamente. Se bem que o Eixo 1 também apresente valores muito similares.

Gráfico - Indicadores de Execução por Eixo prioritário



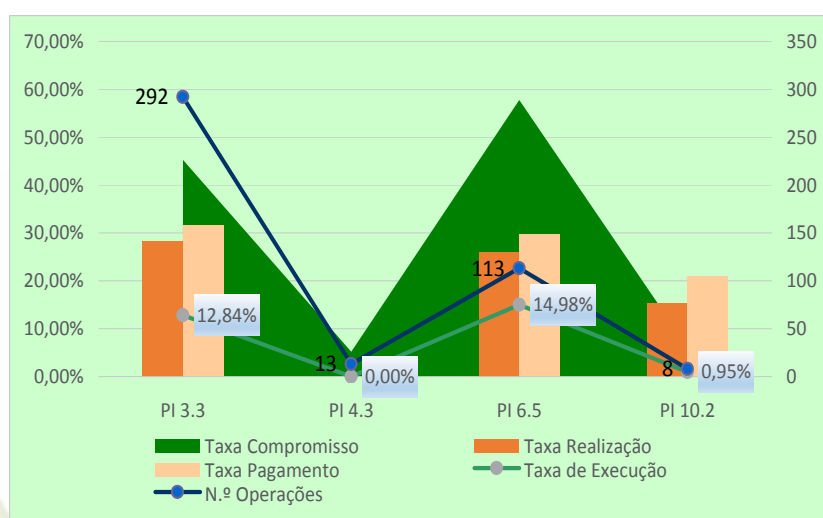
Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à taxa de execução, também se destaca o Eixo 1 – Competitividade e Internacionalização das PME, com valores de 14,8%, os quais são superiores à média do programa (11.9%). A este nível as diferenças registadas entre estes três eixos (1, 2 e 4) são particularmente evidentes ao nível do fundo comprometido e do número de operações aprovadas, com vantagem para o Eixo 1, que continua a ser o mais dinâmico, uma vez que também é o que apresenta melhores valores de execução. De referir que todos os Eixos Estratégicos já apresentam valores de execução, se bem que dois deles, 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e 7 – Eficiência Energética e Mobilidade, apresentem taxas ainda reduzidas.

Realizou-se uma análise semelhante, mas envolvendo as quatro Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (3.3 – Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano e 10.2 – Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior, que detém a maior dotação de FSE).

Há que registar que a PI 4.3, relacionada com a eficiência energética já apresenta 13 operações aprovadas, mas apesar disso não tem qualquer registo de execução. O mesmo se pode dizer a respeito da PI 10.2 que apresenta apenas 8 operações aprovadas que mobilizam cerca de 6% da dotação de fundos europeus prevista e que tirando um valor considerável de taxa de pagamento, muito por força da génese do FSE, regista valores de execução muito baixos, inferiores a 1%.

Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

A nível da Taxa de compromisso, constata-se que os valores mais elevados se encontram nas PI 3.3 e 6.5 com valores de 45% e 58%, respetivamente. Por sua vez, estas duas PI também registam valores muito próximos ao nível das taxas de realização (28%, 26%, respetivamente), das taxas de execução (13%, 15% respetivamente) e das taxas de pagamento (32%, 30%, respetivamente). De referir que ainda existem 3 PI (4.2 – Promoção da eficiência energética, 8.1 – Acesso ao emprego, e 11.2 – Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, pois não apresentam no final do período em análise qualquer operação aprovada ■

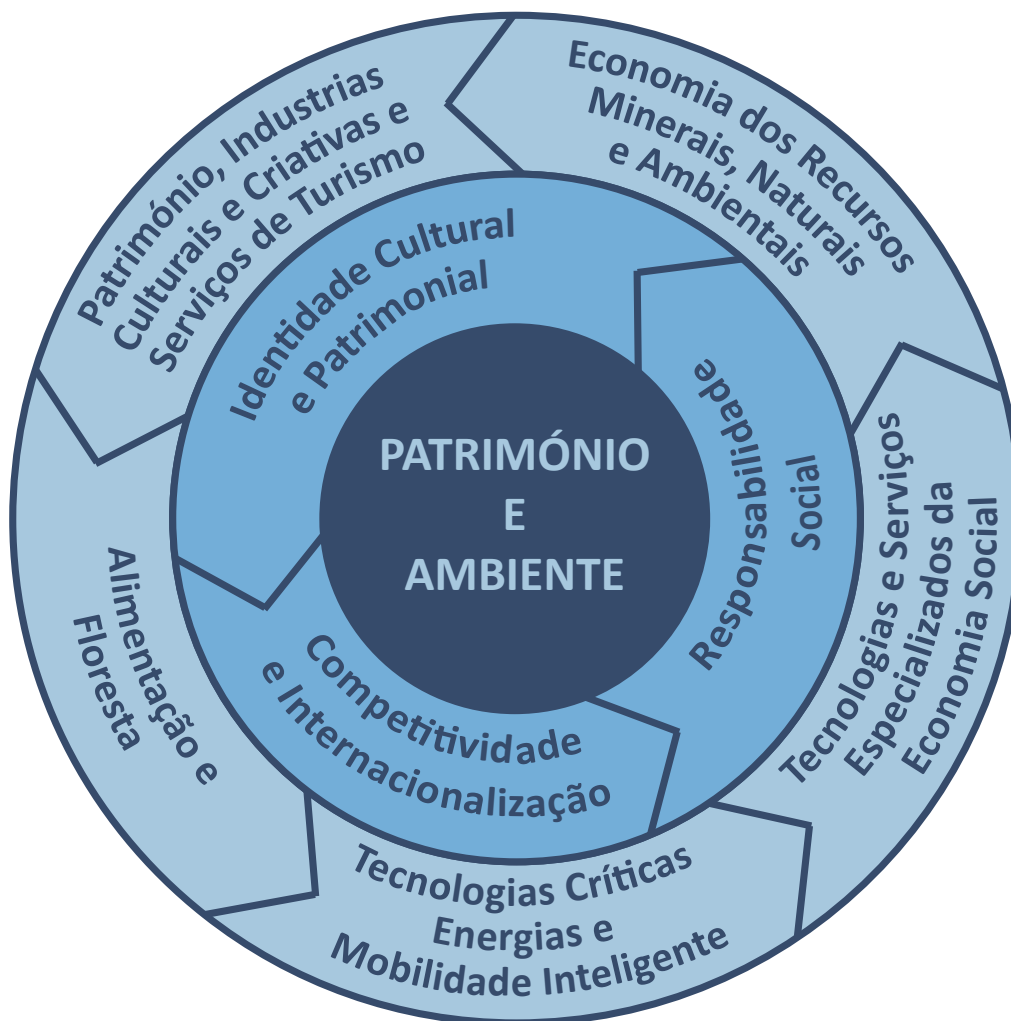
Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo - EREI

Situação a 31 de dezembro de 2017

A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo - EREI, constitui uma das componentes fundamentais da estratégia de desenvolvimento definida para a Região e visa a definição do seu perfil de especialização produtiva, através de um conjunto de prioridades e opções, partilhadas pelos *stakeholders* regionais, para melhorar a competitividade e a internacionalização da economia regional, suportadas nas vantagens competitivas e nas capacidades e competências do Sistema de I&I.

Esta Estratégia Regional de Especialização Inteligente assenta em cinco Prioridades para uma Especialização Inteligente:

- Alimentação e Floresta
- Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais
- Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo
- Tecnologias Críticas, Energias e Mobilidade Inteligente
- Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social



Em termos de investimento empresarial, nomeadamente para efeitos de candidatura dos projetos de investimento a financiamento dos fundos europeus, os respetivos critérios de seleção das candidaturas ponderam, entre outros, o contributo do projeto para a economia, considerando a sua inserção na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente – RIS 3, e o contributo do projeto para a competitividade territorial, observado pela adequação do projeto às estratégias regionais e pelo contributo para a sustentação dos processos de convergência regional.

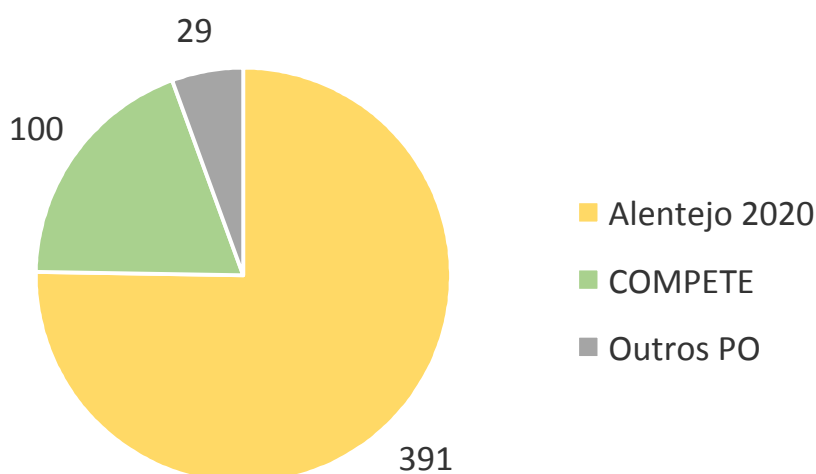
1. Aprovação de projetos e seu enquadramento

A presente análise centra-se no universo de projetos considerados elegíveis para efeitos de financiamento no âmbito do Portugal 2020 e com decisão, considerando o período desde o início de implementação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo – EREI até à data de 31 de Dezembro de 2017.

Neste período, tendo por base as candidaturas apresentadas, foram objeto de análise de enquadramento na Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo – EREI, 712 projetos de investimento com um investimento total de 682 milhões de euros. Destes, 520 projetos foram considerados com enquadramento na EREI, o que revela uma taxa de enquadramento de 73% e corresponde a um investimento total de 545 milhões de euros.

Embora todos estes projetos com enquadramento na EREI, tenham incidência física na NUT II - Região Alentejo em termos da implementação do investimento, verifica-se que apenas 391 projetos têm o Alentejo 2020 como programa operacional financiador. O COMPETE é o programa operacional financiador para 100 projetos e os restantes são objeto de decisão única ou conjunta de outros programas.

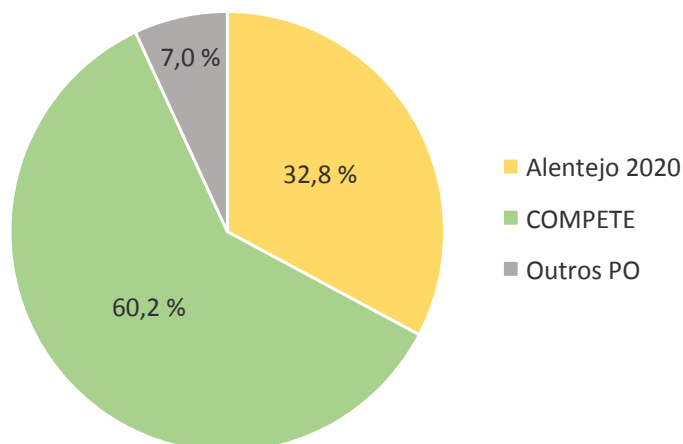
Gráfico 1.1 - Projetos com enquadramento na EREI, por programa operacional



Se, em vez do número de projetos, considerarmos o investimento total associado aos projetos com enquadramento na EREI, a situação altera-se. O COMPETE passa ser o programa operacional financiador para um volume significativo do investimento total dos projetos com enquadramento na EREI, 60,2% do investimento total, representando o Alentejo 2020 - 32,8% do investimento total com enquadramento.

Esta situação justifica-se pelo facto de, em termos de cofinanciamento dos projetos, e de acordo com os critérios definidos no Regulamento Específico da Competitividade e Internacionalização, dependendo das tipologias e prioridades de investimento, por exemplo, os projetos multirregionais ou os projetos das médias e grandes empresas poderem ser objeto de apoio pelo COMPETE e os projetos das micro e pequenas empresas serem objeto de apoio pelo Alentejo 2020, num mesmo aviso de concurso.

Gráfico 1.2 - Investimento Total com enquadramento na EREI, por programa operacional



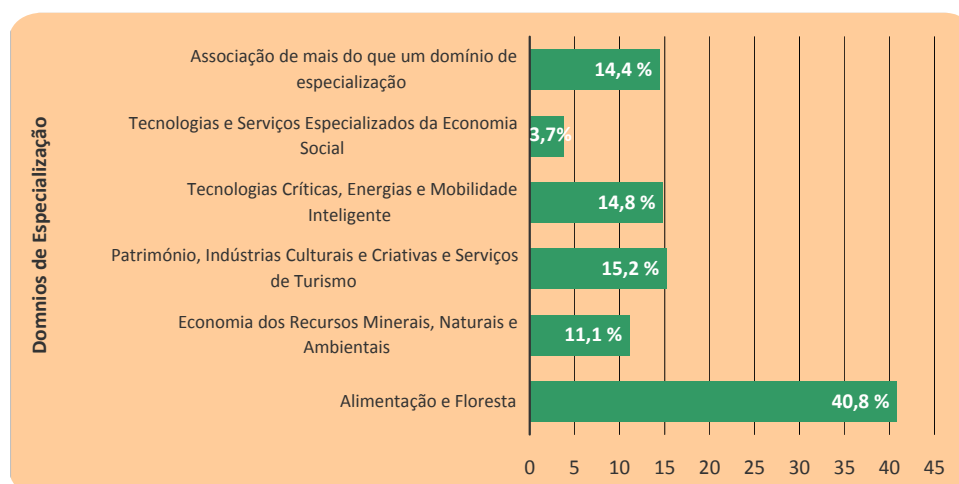
A análise dos projetos face ao seu enquadramento na EREI, evidencia a ideia de se manter uma forte aposta de investimento nos domínios consolidados, ou seja, “Alimentação e Floresta”, “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais” e “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo”.

Efetivamente, no período em análise, o domínio da Alimentação e Floresta enquadrou 40,8% dos projetos, a grande maioria dedicada à valorização dos recursos endógenos da região, sua promoção e internacionalização. Seguem-se, em termos de domínios consolidados, o domínio do Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo com 15,2% e o domínio da Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais com 11,1%.

Ao nível dos domínios emergentes, ou seja, “Tecnologias Críticas, Energias e Mobilidade Inteligente” e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”, estes representam 14,8% e 3,7%, respetivamente, dos projetos enquadrados na EREI.

O domínio das Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente, com 14,8% dos projetos enquadrados revela alguma dinâmica de procura na Região Alentejo, confirmando o potencial existente para a criação de novas atividades económicas em sectores emergentes, designadamente no âmbito dos clusters económicos, tais como o da aeronáutica.

Gráfico 1.3 - Enquadramentos dos projetos, por domínio de especialização



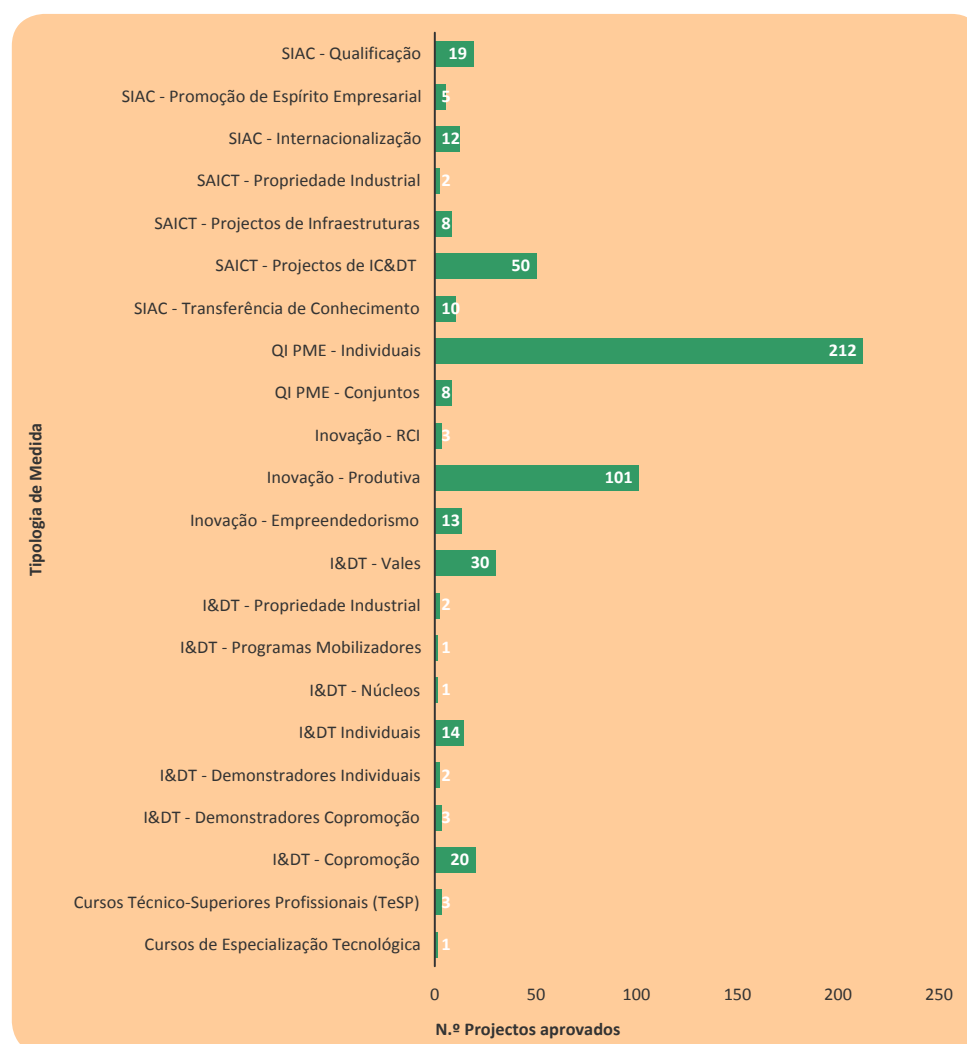
Desde o início de implementação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo – EREI, a nível empresarial, regista-se a maior aposta em projetos na área da qualidade e inovação - QI PME Individuais, e de Inovação Produtiva; no que se refere aos projetos promovidos por entidades não empresariais do Sistema de I&I com atividade na Região, a medida que regista maior número de candidaturas é a que se refere aos projetos de IC&DT, no âmbito do SAICT – Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica.

2. Projetos com enquadramento na EREI, por dimensão de empresa

Se analisarmos os projetos com enquadramento na EREI, por dimensão de empresa candidata, verificamos que 32,9% dos promotores destes projetos são microempresas e 27,3% são pequenas empresas.

Tal informação é consentânea com as características do tecido económico da Região Alentejo, essencialmente composto por micro e pequenas empresas.

Gráfico 2.1 - Projetos aprovados com enquadramento na EREI, por medida



Neste conjunto de projetos ressaltam ainda os que são promovidos pelas entidades não empresariais da Região, ou seja, as entidades do Sistema de I&I, as associações empresariais, fundações e outras associações e organizações, que representam 22,7%.

3. Projetos com enquadramento na EREI, por localização de implementação

Em termos de localização no território, 86,2% dos projetos são implementados exclusivamente numa única sub-região NUT III, assumindo maior relevância, em termos desta análise, a sub-região NUT III do Alentejo Central com 37,5% daqueles projetos, seguida da Lezíria do Tejo, com 21,5% daqueles projetos. As restantes sub-regiões da Região Alentejo NUT II seguem-se pela seguinte ordem: Baixo Alentejo, Alto Alentejo e Alentejo Litoral.

Se atendermos ao investimento total aprovado para os projetos com enquadramento na EREI, e continuando a considerar apenas os projetos implementados exclusivamente numa única sub-região NUT III, para efeitos de comparação, a situação altera-se se analisarmos a sua implementação no território.

Assim, embora as primeiras posições se mantenham, ou seja, em primeiro lugar encontra-se o Alentejo Central com 55,7% do investimento total aprovado, seguido da Lezíria do Tejo, com 17,1%, verificamos que a amplitude do investimento é significativamente maior, se comparado com a distribuição percentual, anteriormente mencionada, do número de projetos a que se refere.

Esta situação justifica-se, em parte, pelo investimento associado aos projetos aprovados para o Alentejo Central, relacionados com a recente dinâmica de investimento em sectores emergentes, já referida, designadamente no âmbito do *cluster* da aeronáutica.

Gráfico 3.1 - Projetos com enquadramento na EREI, por dimensão de empresa

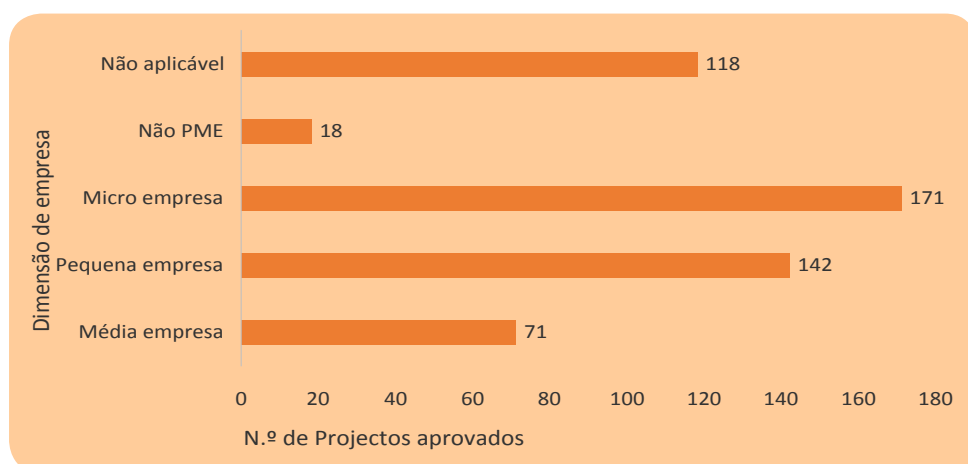
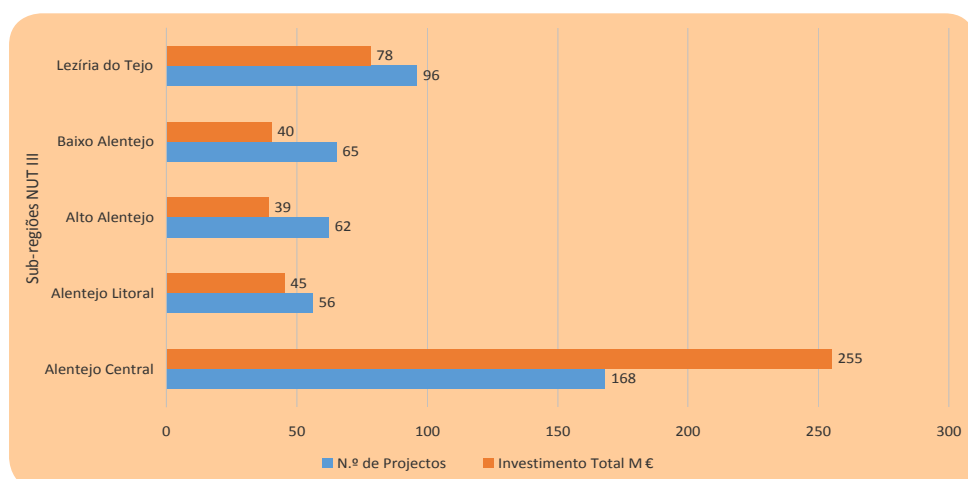


Gráfico 3.2 - Projetos com enquadramento na EREI, por localização de implementação em função do investimento associado



4. Principais Conclusões

No que se refere à operacionalização da EREI até 31.12.2017, pode afirmar-se que:

- A metodologia definida e implementada encontra-se estabilizada.
- Globalmente, mantém-se a proporção de $\frac{3}{4}$ dos projetos aprovados no âmbito do Portugal 2020, com localização na Região Alentejo, alinhados com os domínios de especialização regional.
- O principal programa operacional financiador destes projetos é o Alentejo 2020, que assegura o financiamento de cerca de 75% dos projetos aprovados.
- Em termos de projetos aprovados, a nível empresarial, a aposta centra-se em projetos na área da Qualidade e Inovação - QI PME Individuais, e de Inovação Produtiva; nos projetos promovidos por entidades não empresariais do Sistema Científico e Tecnológico com atividade na Região, a medida que regista maior número de candidaturas é a que se refere aos projetos de IC&DT, no âmbito do SAICT –Sistema de Apoio à Investigação Científica.
- Mantém-se a prevalência de projetos enquadrados nos domínios consolidados da EREI, designadamente no domínio da “Alimentação e Floresta”.
- Nos domínios emergentes, mantém-se a prevalência do domínio das “Tecnologias Críticas, Energias e Mobilidade Inteligente” enquanto o domínio das “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social” revela dificuldade no aumento da sua dinâmica.
- O volume de investimento total associado aos projetos com enquadramento na EREI é de 545 milhões de euros, ascendendo o apoio dos fundos europeus associado aos mesmos ao montante de 277 milhões de euros.
- O investimento médio por projeto é de 1.048 milhões de euros e o incentivo total médio aprovado por projeto é de 533 mil euros ■

Artigo da responsabilidade de Mariana Pala, economista, Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

